



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

DAYANE NASCIMENTO SOBREIRA

“MULHER BONITA É A QUE LUTA”:
NAS TESSITURAS DO FEMINISMO EM CAMPINA GRANDE-PB (1982-1992)

CAMPINA GRANDE-PB,
DEZEMBRO DE 2014

DAYANE NASCIMENTO SOBREIRA

**“MULHER BONITA É A QUE LUTA”:
NAS TESSITURAS DO FEMINISMO EM CAMPINA GRANDE (1982-1992)**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de graduada.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Cipriano

**CAMPINA GRANDE-PB,
DEZEMBRO DE 2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S677m Sobreira, Dayane Nascimento
"Mulher bonita é a que luta" [manuscrito] : nas tessituras do
feminismo em Campina Grande (1982-1992) / Dayane
Nascimento Sobreira. - 2014.
74 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Maria do Socorro Cipriano,
Departamento de História".

1. Feminismo 2. Movimento Social Feminino 3.
Historiografia 4. Memória I. Título.

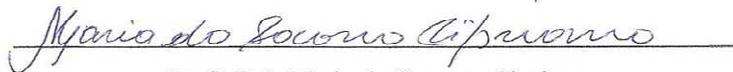
21. ed. CDD 305.42

DAYANE NASCIMENTO SOBREIRA

**“MULHER BONITA É A QUE LUTA”:
NAS TESSITURAS DO FEMINISMO EM CAMPINA GRANDE (1982-1992)**

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção
do grau de graduada.

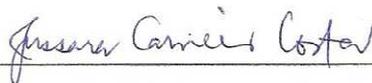
Aprovada em: 09/12/14



Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Cipriano

DH/UEPB

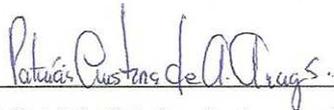
Orientadora



Prof^ª. Dr^ª. Jussara Carneiro Costa

DSS/UEPB

Examinadora



Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Cristina de Aragão Araújo

DH/UEPB

Examinadora

*Às mulheres transgressoras: Pagus, Simones, Anaídes, Ritas, Soraias, Vilmas.
Às mulheres fazedoras de seus mundos.*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Agradecer, palavra sinônima da expressão *dar graças*. É justamente com esse sentimento que inicio este trabalho de conclusão de curso, expressando gratidão àqueles que me marcaram em uma trajetória de quatro anos, contribuindo para meu crescimento pessoal, afetivo, intelectual. Gratidão... O único tesouro dos humildes como já diria Shakespeare.

Não deixaria de agradecer, portanto, a meus pais, que se dão de corpo e alma para que sua primogênita chegue a ser “doutora”. A meus irmãos e avós, pelas alegrias cotidianas que me enchem de energia e poetizam minha rotina.

À minha tia Neide Nascimento que com seu jeito peculiar de ser, sempre acreditou em meus projetos e me passou segurança em momentos de dúvida: “*Dayana, deixe de agonia, vai dar certo*”.

Às amigas com as quais compartilho laços de sangue, minhas primas: Janaína Porto e Maria Nascimento, essa última que abriu as portas de sua casa para me receber na capital no processo de catalogação de fontes, entrevistas e provas do mestrado. Maria ainda a quem estou devendo um “rolézinho” e umas cervejas, que me aturou e me fez aturar suas “sofrências”. Janaína, que me apresentou o mundo do feminismo, das lutas e das contestações cotidianas. Que esteve sempre presente ao longo desses quatro anos e de forma ímpar. É Jana, está se formando mais uma historiadora na família.

Ao Grupo de Teatro Heureka que me trouxe um crescimento estupendo este ano, além de recentes, porém, fecundas amizades. Raíssa Gonçalves, ‘dupra’, obrigada pelas conversas, pela cumplicidade no palco mesmo nos momentos de ‘branco’, pelas indicações poéticas, pelas risadas e pela companhia em mobilizações, marchas e afins. Não deixaria de agradecer à Samyra Ramos, ‘the teacher’, sempre disposta a colaborar.

Às amigas de longa data: Jaqueline Farias (Keka) e Letícia Ferreira (Gaury) e aos amigos Júnior Pereira (a quem mando um abraço intercontinental) e Itamar Farias, amigos de todos os momentos.

Às amigas construídas de quatro anos para cá: Jadson, Thuca, Mere, Bela, Glauber e Tay, com os quais compartilho rastros do cotidiano, devires e alegrias. Esse sexteto que me sustentou em momentos difíceis com uma energia que só ele tem, que acompanhou minhas mudanças e que acreditou junto comigo nos meus sonhos e metas.

Ao poeta Bruno Gaudêncio e a Edmilson Rodrigues que sempre se dispuseram a ajudar e que em muito colaboram para meu crescimento profissional.

Aos professores do curso de História da UEPB que tornaram os caminhos de Clio muito mais fascinantes. Em especial à Auricélia Lopes por ter me iniciado no mundo da pesquisa e me induzido a uma relação apaixonante com a História.

À “galera da xerox” a quem agradeço aqui na pessoa de Epitácio Filho que esteve sempre a me incentivar e a prever um futuro bom. À Flaviano, Arleide e Dona Socorrinha, que estiveram dispostos a resolver nossos problemas burocráticos e a também nos alegrar com boas conversas.

Vilma Vaz e Soraia Jordão, obrigada por terem aberto o livro de suas vidas, trazendo a história e memória do feminismo no Estado. À Soraia também, por ter se disponibilizado a contribuir com esse trabalho apesar do tempo escasso. Obrigada por atender minhas inúmeras ligações nos momentos de dúvida e ausência de dados. Agradeço também à Cunhã Coletivo Feminista e ao Centro de Referência à Mulher Ednalva Bezerra por terem contribuindo com materiais para essa pesquisa e para minha formação no movimento.

Às professoras Patrícia Cristina e Jussara Costa por terem aceito o convite de participar da banca e por terem contribuído com meus aprendizados nas discussões de gênero ao longo de seus cursos de extensão. Jussara ainda que me apresentou o *mundo queer* e me fez pensar diferente com o pessoal do *Todxs Juntxs Somos Fortes*.

À minha querida orientadora Socorro Cipriano que me abraçou, ajudando a transformar meus projetos e planos em concretude. Socorro que é um exemplo de mulher e profissional e que não mediu esforços para me auxiliar, sempre! Tenho orgulho de ser/ter sido sua orientanda. Obrigada pelos ensinamentos, pelo compromisso, pelas lições de História, obrigada por existir.

A todos vocês então, meu profundo agradecimento e carinho.

“Queríamos construir um espaço nosso e foi como se entrássemos dentro de nossos próprios úteros, em busca do tempo perdido como mulher”.

(OLIVEIRA, 2008, p. 251)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo historicizar o movimento social feminismo na cidade de Campina Grande-PB entre os anos de 1982 e 1992. Visamos problematizar a emergência de grupos feministas no recorte proposto, a saber: o Grupo de Mulheres de Campina Grande (1982) e o Grupo Raízes (1984), analisando seus diálogos com o feminismo nacional e local, mapeando suas atuações, configurações e desdobramentos. A partir dos referenciais teóricos de Certeau (2002), Rago (1995, 2013), Chartier (2010) e outros, analisaremos a instauração de novas maneiras de fazer e viver o feminismo na cidade, percebendo suas afetações e diálogos com outros grupos ao mesmo tempo em que mapearemos as práticas políticas, intervenções e metodologias utilizadas. Para fiar esse tecido, recorreremos à história oral, quando a partir da memória, realizamos entrevistas com participantes do movimento no período dado. Além da história oral, jornais de circulação no período a nível local e jornais feministas de circulação nacional, possibilitaram a elaboração de nosso estudo. Veremos que o feminismo foi responsável por alterar comportamentos e elaborar subjetividades outras para suas integrantes. Nesse sentido, esperamos contribuir com a sistematização da história e da memória do feminismo no Estado.

Palavras-chave: Feminismo; Campina Grande; Maneiras de fazer.

ABSTRACT

This paper aims to historicize the feminism as a social movement in the city of Campina Grande-PB between the years of 1982 and 1992. We aim to problematize the emergence of feminist groups in the proposed cut, namely: “Grupo de Mulheres de Campina Grande” (1982) (the Women's Group of Campina Grande) and “Grupo Raízes” (1984) (the Roots Group), to analyse their dialogues with national and local feminism, to map their performances, the settings and the outspreads. From the theoretical frameworks of Certeau (2002), Rago (1995, 2013), Chartier (2010) and others, we will analyze the establishment of new ways of making and living the feminism in the city, realizing their affectations and dialogues with other groups at the same time that we will map the political practices, interventions and used methodologies. To compose this tissue, we resorted to the oral history, from the use of memory, we executed interviews with participants of the movement from the given period. Besides the oral history, newspapers in circulation in the period in the local level and feminist national newspapers, enabled the elaboration of our study. We will see that feminism was responsible to change behavior and to prepare other subjectivities to their members. In this sense, we hope to contribute to the systematization of history and feminism memory in the State.

Keywords: Feminism; Campina Grande; Ways to do it.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CA – Centro Acadêmico

CEHAP – Companhia Estadual de Habitação Popular

CMDM – Conselho Municipal de Saúde da Mulher

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços

CUT – Central Única dos Trabalhadores

NDHIR – Núcleo de Documentação Histórica Regional

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAISMC – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança

PT – Partido dos Trabalhadores

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

URNE – Universidade Regional do Nordeste

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1.0. UFPB, campus II	38
2.0. Capa do jornal <i>Mulherio</i> , n. 21	49
3.0. Foto da Antiga Faculdade de Administração da UEPB	54

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo I - Uma historiografia em (do) movimento: narrativas de um percurso ..	18
Capítulo II - De dentro para fora, de fora para dentro: história(s) do feminismo na Paraíba.....	33
2.1. Por uma cartografia das lutas.....	37
2.2. O feminismo campinense entre a história e a memória	42
Capítulo III - Para além dos muros da universidade: entre espaços, projetos e (trans)formações	47
3.1. “Acorda, Raimundo... Acorda!”: articulação nacional e projetos	47
3.2. “Éramos modernas, nunca fomos meninas caretas”	53
Considerações Finais	58
Fontes consultadas	61
Referências	64
Anexos.....	68

INTRODUÇÃO

*“Que venha essa nova mulher de dentro de mim
Que venha de dentro de mim ou de onde vier (...)
Quero ser assim, senhora das
Minhas vontades e dona de mim.”*

Esse trecho da música *Uma nova mulher*¹ interpretada por Simone desvela um posicionamento da mulher libertária que emerge nos anos 80: a mulher que anseia por ser dona de si, de seu corpo, de suas vontades. Essa mulher questiona papéis socialmente construídos, já não quer ser passiva e empática com relação a seus desejos. Os caminhos abertos para a emergência desses novos lugares de fala, partiram em grande medida de lutas encabeçadas pelo movimento feminista. Lutando pela autonomia das mulheres, pelo fim da opressão patriarcal e pelo direito de decidir sobre o próprio corpo, fez construir novas subjetividades nos âmbitos público e privado, coletivo e pessoal. Foi olhando para esses redimensionamentos que nos lançamos nessa pesquisa visando estudar a história do movimento feminista na cidade de Campina Grande entre os anos de 1982 e 1992.

Percebendo uma lacuna no trato com esse tema por parte da historiografia e dialogando com nossas paixões, começamos a sondar esse campo de pesquisa e nos surpreendemos com o vazio encontrado. Deparamo-nos com um caminho pouco desvendado pela História ou até mesmo pela Sociologia. Existem alguns poucos textos que trabalham com a proposta que trazemos aqui, contudo, ainda muito homogêneos e sintéticos. Em contraponto a isso, é grande o número de produções acerca de movimentos de mulheres ligados ao sindicalismo rural no Brejo paraibano ou às Ligas Camponesas. Dessa forma, embarcamos numa seara pouco acessada pelos historiadores.

Entendendo como Chartier (2010), que todo texto tem sua historicidade, retomamos dizendo que essa pesquisa nasceu fruto de nossas aproximações com o movimento feminista atual, a partir de nossas inquietações e diálogos. Percebendo então brechas dentro da historiografia das mulheres e dos movimentos sociais na Paraíba, articulamos nossas paixões a dadas lacunas. O resultado foi a elaboração de uma

¹ DEBÉTIO, Paulo; MENESES, Paulinho. Uma nova mulher. Intérprete: Simone. In: **Simone**, 1989, 1 CD, faixa 01.

história prazerosa, como já bem defendeu Friedrich Nietzsche². Nesse sentido, entendemos que é impossível elaborar uma história sem emoção, muito embora essa dimensão tenha sido vista como prejudicial ao conhecimento científico durante longa data (JAGGER, 1997).

Ainda como Roger Chartier (2010), entendemos que a tarefa do historiador está em fazer uma verdadeira leitura das temporalidades, vendo o presente como herança e ruptura ao mesmo tempo. Nesse sentido, cartografando as principais bandeiras de luta do feminismo hoje, nos voltamos a contar sua história. Essa história, contudo, não é entendida por nós como a mais verdadeira, mas como um discurso que emerge de dadas relações de força e de um lugar produtor de conhecimento histórico.

Nesse sentido, slogans como “Mulher bonita é a que luta” partem do atual movimento feminista, mas são aplicáveis ao feminismo articulado em décadas anteriores, no caso em questão: décadas de 80 e 90. Esse recorte se justifica em vista que em 1982 se configurou o Grupo de Mulheres de Campina Grande a partir da chegada de professoras universitárias de fora do país e da articulação com uma professora campinense: Maria do Socorro Pereira. Como veremos, a atuação desse grupo se desdobrou na criação de um outro, integrado por estudantes do curso de Psicologia da URNE: o Grupo Raízes, fundado em 1984. A volta dessas mulheres para seus lugares de origem ou para outras cidades, acabou por desarticular esses grupos existentes. O fecho final deu-se em 1992 com a saída de Vilma Vaz para João Pessoa para prestar assessoria ao Centro da Mulher 8 de Março, então criado.

Nosso objetivo então, é mapear as atuações desses grupos no recorte proposto, percebendo articulações com outros grupos de mulheres e com o feminismo nacional e internacional. Visamos perceber as reconfigurações trazidas no âmbito dos costumes, comportamentos e da condição da mulher em Campina Grande-PB. Ao mesmo tempo em que analisamos as aberturas e desdobramentos emergidos a partir da atuação desses grupos, cartografamos suas práticas internas, as metodologias utilizadas, projetos, bem como os mecanismos de formação e leituras. Imersos a isso, acompanhamos as trajetórias das integrantes dos grupos, percebendo a instauração de novas subjetividades e maneiras de dizer e fazer o feminismo na cidade no período em foco.

² Em suas *Considerações Intempestivas*, o filósofo polariza o que seria uma história inútil para a vida e uma história que a potencializa. A história inútil seria aquela que tolhe o indivíduo, afastando-o de suas paixões, de seu *pathos*. Hegeliana, anunciava a morte e provocava indigestão histórica. Cf. REIS, 2011.

Surgido enquanto crítica a um lugar de exclusão, o feminismo se articulou no Brasil em um contexto de participação das mulheres na cena política lutando contra e a favor do regime militar. Foi um período já de abertura e de proliferação dos movimentos sociais que segundo Soares (1998), fez emergir um feminismo a partir do seio da militância, de ação e questionamentos de velhos paradigmas de atuação política. Assim, importa-nos pensar à luz de Rago (2004), a dimensão subversiva do feminismo, seu viés desestabilizador, instaurador de novas maneiras ou artes de fazer. Para Certeau (2002), *maneiras de fazer* são práticas de reapropriação dos usuários pelas técnicas de produção sociocultural, são justamente formas criativas e táticas de alteração de uma ordem. É esse um conceito *sui generis* à nossa escrita visto que o feminismo na Paraíba articulou artes de fazer com a negação de sujeições.

Nossa proposta se articula ao campo da Nova História Cultural que redimensionou os objetos e abordagens de pesquisa em História. Dialogando com a filosofia pós-estruturalista de Michel Foucault e com as contribuições de Margareth Rago, Michel de Certeau e outros, nos propomos trabalhar com diferentes discursos e pontos de observação sobre o objeto proposto à guisa do que colocou Pesavento (2008). O constante diálogo com outros campos se justifica na medida em que uma interdisciplinaridade proposta em um primeiro momento pelos Annales, já perpassa o *métier* do historiador, afetado por ressonâncias nietzschianas, foucaultianas, pós-modernas.

Em Campina Grande, o feminismo foi responsável por desenhar astúcias, por elaborar redes de subjetividade de afirmação do feminino e dos direitos e espaços das mulheres. Essas redes foram responsáveis por alterar toda uma lógica de comportamentos e modos de perceber a si e ao redor. Assim, estamos trabalhando com a dimensão dos micropoderes, tomada de empréstimo de Foucault (2014), que o entende como o poder que se exerce de forma minuciosa, capilar. É o poder que realiza um detalhado controle do corpo, é o poder efetivo que é intrincado a relações de força. Nessa lógica, perceberemos as microrresistências, as estratégias de afirmação do feminismo no Estado bem como a instauração de liberdades, entendida aqui também no sentido de Foucault, como sendo revoltas diárias, cotidianas. Liberdade que Veiga-Neto (2007) chama de homopática, concreta.

A partir de um levantamento bibliográfico acerca das principais categorias trazidas por esse trabalho, mapeamos jornais locais que circulavam no período tratado, bem como jornais feministas de circulação nacional. Percebemos a projeção das muitas

lutas pessoais e coletivas que envolveram e envolvem o movimento, já nesses espaços de debate e de formação de opinião. Além disso, através da história oral, entrevistamos duas integrantes desses grupos, elas que até hoje estão ligadas ao movimento através da vinculação com ONG's.

Entendemos a história oral como uma metodologia que permite-nos captar experiências vividas através de lembranças. Tendo as lembranças como suporte, evidencia uma memória coletiva (FREITAS, 2006). Tivemos que lidar, portanto, com a dimensão do lembrar e do esquecer, que não se mostrou, contudo, como um empecilho à realização deste fiar. Trabalhamos com a história oral temática, imprescindível na coleta de informações sobre a participação das mulheres no movimento tratado. A partir de um roteiro semiestruturado, guiamos as entrevistas buscando, dessa forma, articular a memória dessas mulheres sob o momento histórico vivenciado por elas. Percorremos então, um labirinto de muitas voltas e dobras, nos dizeres de Antônio Montenegro (2010). Cada entrevista realizada se abriu como um mundo novo, elas próprias se mostrando como um novo acontecimento, que induziu o pensar sobre problemas ainda não refletidos ou sistematizados³. Foi de um enriquecimento ímpar o contato com Soraia Jordão e Vilma Vaz e com as outras mulheres partícipes dessa história contada aqui. Foi maravilhosa a sensação de sair da sede da Cunhã Coletivo Feminista e do Centro da Mulher Ednalva Bezerra (locais de trabalho dessas mulheres, onde realizamos as entrevistas) carregados de experiências no gravador e de materiais como livros, folders, adesivos... Mais do que isso, saímos felizes pelos contatos criados e pelas memórias acessadas, confiadas. Tomados por esse sentimento bom, de regozijo, esperamos contribuir com a história do movimento feminista no Estado entre as décadas de 80 e 90, e em especial, na cidade de Campina Grande.

No primeiro capítulo, intitulado “Uma historiografia em (do) movimento: narrativas de um percurso” trilhamos um caminho a partir do mapeamento de leituras, conceitos e categorias que foram essenciais para aberturas sentidas no âmbito da historiografia e que nos permitiu traçar uma história das lutas de mulheres na Paraíba.

No capítulo seguinte: “De dentro para fora, de fora para dentro: história(s) do feminismo na Paraíba”, discutimos o contexto de formação de grupos feministas no Estado e em especial, em Campina Grande, pensando suas constituições, diálogo com outros movimentos de mulheres bem como a instauração de artes de fazer cotidianas.

³ Cf. GUIMARÃES NETO, 2010.

No capítulo III, “Para além dos muros da universidade: entre espaços, projetos e (trans)formações”, nos voltamos para dentro dos grupos e para suas atuações. Analisamos como se dava a formação dessas mulheres no movimento, os materiais utilizados e projetos desenvolvidos. Nesse sentido ainda, veremos como foram se moldando esses grupos com atuação em vários setores da sociedade campinense e como isso foi elaborando novas subjetividades e modos de fazer e viver o cotidiano na cidade. Torço para que faça uma boa leitura!

CAPÍTULO I

UMA HISTORIOGRAFIA EM (DO) MOVIMENTO: NARRATIVAS DE UM PERCURSO

“Todo encontro nos desloca e nos recompõe.”
(Hugo von Hofmannsthal)

Para fiar este texto acerca do movimento feminista em Campina Grande entre as décadas de 80 e 90, nos deparamos com uma série de encontros que cabem serem descritos aqui. Foram encontros essenciais, alguns dos quais nos aportamos, criando uma rede de diálogos e permitindo realizar essa operação dada à combinação de um lugar, de práticas e dessa escrita⁴. Foram afecções que me permitiram perceber uma historiografia ausente, uma verdadeira lacuna na história dos movimentos sociais e das mulheres na Paraíba.

Desse modo, esse capítulo visa mapear os encontros que possibilitaram nossa construção. Veremos que as produções acadêmicas do recorte proposto, estavam em constante diálogo com as lutas, reivindicações e propostas do movimento feminista em voga. Assim, em meio a que território podemos falar de uma história do feminismo campinense? Perceberemos que as feministas pioneiras na Paraíba estavam vindo de outras partes do país e do exílio, criando um movimento de lutas mas também de diálogos com o feminismo nacional e internacional, especialmente francês. A historiografia trazida ajuda-nos a relacionar tais feminismos, pensando nas práticas e bandeiras de lutas vindas de fora para o interior da Paraíba, para a cidade de Campina Grande. Nosso fiar, então, se tornou necessário a partir de contribuições anteriores do campo da História bem como das Ciências Sociais.

Na História, aberturas possibilitadas em grande medida por influências de outros campos de saber como a filosofia e a psicanálise, para citar alguns exemplos, fizeram personagens ausentes da operação historiográfica entrar em cena junto com novos ares da década de 70⁵. Tivemos o *boom* da história das mulheres encabeçado por historiadoras como Michelle Perrot. Esses anos foram extremamente marcados por lutas

⁴ Para a análise da história como uma operação escriturística, cf. CERTEAU, 2010.

⁵ Vale ressaltar que a década de 70 foi marcada por questionamentos no campo das ciências humanas, alguns dos quais colocava em xeque a própria noção de verdade e do que até então se subentendia enquanto fonte. A historiografia pôde questionar seu lugar de fala e rever seus personagens. Tivemos uma abertura a pensar novos objetos e novas abordagens em História.

e contestações do 1968, ano do levante das palavras, dos grupos e das ideias⁶. Dentre essas lutas emergentes estava o feminismo francês representado por figuras como Simone de Beauvoir⁷. Organizadora do clássico *História das mulheres no Ocidente* e do quarto volume da *História da vida privada*, Perrot é autora de *Minha história das mulheres* e de *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. O título desse último é significativo na medida em que representa a intenção da historiadora: inserir as discussões sobre as mulheres no âmbito da Academia francesa.

Segundo a autora, o silêncio sobre a história das mulheres ou a exclusão da mulher do todo social se justificou no século XIX por uma série de discursos de filósofos por exemplo, como Hegel ou Comte que reafirmavam esse lugar de exclusão. Esse século foi responsável por retrainar as mulheres no espaço privado, predominantemente feminino (PERROT, 1988). Não obstante, mesmo retraídas, estavam imbuídas de poder, eram rainhas, “divindades do santuário doméstico⁸”, pois realizavam compras, decidindo pelas mercadorias, difundindo gostos, o sucesso da moda, administrando as finanças caseiras.

Em sua crítica a esses silêncios quanto à história das mulheres, Michelle Perrot revela-nos uma dimensão impiedosa da historiografia: ela é masculina e seus objetos também o são⁹. Como falamos, esse silêncio historiográfico veio a ser rompido somente no século XX, a partir das décadas de 60 e 70, especialmente quando a história solidificou seu diálogo com outras áreas de conhecimento. Para tanto, tendo sua imagem recoberta por mistérios e segredos, visto ausentes da história, as mulheres foram responsáveis por se utilizar de brechas cotidianas e construir espaços de liberdade, aos moldes do que colocou Certeau (2002). As mulheres já tomaram aqui um lugar de visibilidade frente à comunidade historiadora a partir de caminhos abertos pela autora.

Para ela, desde a emergência dessa história ocorreram mudanças significativas:

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação.

⁶ Para pensar o 1968, cf. ALBUQUERQUE JR., 2009.

⁷ Simone de Beauvoir (1908-1986) foi uma escritora, filósofa existencialista e feminista francesa. Foi autora de verdadeiros clássicos como *O segundo sexo* (1949), que faz uma análise profunda do papel das mulheres na sociedade. É dele a frase: “Não se nasce mulher, torna-se”.

⁸ Cf. PERROT, 1988, p. 179.

⁹ Com relação a essa discussão ver também: NAVARRO-SWAIN, 2013.

Partiu de uma história das mulheres vítima para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para torna-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais (PERROT, 2012, p. 15-16).

Assim, essas mudanças se projetaram embaladas também – como a autora cita – pelas discussões de gênero. Foi nesse limiar que Joan Scott publicou *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, texto originalmente lançado em 1986. Emergido a partir de caminhos abertos pelos pós-estruturalistas, o conceito desconstrói a visão binária historicamente construída que opõe homem/mulher, feminino/masculino. Assim, é segundo a historiadora, uma inter-relação entre “um elemento constitutivo de relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Homem e mulher emergiram então não como categorias fixas, mas cultural e politicamente construídas. Sexo e gênero passaram a ser categorias disformes, distintas por se ligarem respectivamente a aspectos biológicos e naturais e aspectos socioculturais. Depois de apropriado de forma acrítica por alguns grupos, o gênero enquanto categoria descritiva mostrou-se insuficiente e, portanto, a contribuição de Joan Scott o entendendo como uma categoria de análise se mostrou ímpar e diferenciada. Ela veio mostrar dentre outras coisas, que não dá para se falar em gênero sem antes levar em conta variantes como a dimensão cultural do corpo e as relações de poder. A contribuição da autora extrapolou os limites fronteiriços dos Estados Unidos e influenciou estudos da área em todo o mundo. Na história, contudo, como menciona Pedro e Soihet (2007), houve uma incorporação tardia dessa categoria bem como da própria inclusão da mulher enquanto categoria analítica na pesquisa histórica.

Na onda de críticas ao gênero pontuado por Scott, autoras como Judith Butler (2013) e Tina Chanter (2011) apontam novas possibilidades de entendimento para esse conceito. Para a primeira, gênero está para além de uma relação sexo/cultura. A filósofa questiona a identidade mulher entendendo-a como o “sujeito” do feminismo. Segundo ela, com essa consideração, a “categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por meio do qual busca-se a emancipação” (BUTLER, 2013, p. 19). Dessa forma, entende-se que “mulheres” denota uma identidade comum. É nesse sentido que Tina Chanter considera que:

O gênero como uma categoria mobilizada pelas feministas ocidentais, toma forma inicialmente como um conceito branco, burguês e heterossexista, mas seu surgimento como categoria política que pretendeu aplicar-se a todas as mulheres torna invisível seus preconceitos raciais, classistas e heterossexuais (CHANTER, 2011, p. 32).

Autora de *Gênero: conceitos-chave em Filosofia*, traz discussões importantes para o estudo do feminismo e da categoria gênero hoje. Passando pelos momentos e conceitos formadores da história do feminismo, sua relação com o marxismo, pontua discussões emergidas recentemente dentro desse âmbito, que é o caso da teoria feminista pós-colonialista e psicanalítica.

Em um texto bastante didático e elucidativo, Adriana Piscitelli (2002), vem mostrar as reações que formulações desconstrutivistas como as citadas acima têm provocado nas abordagens e práticas políticas feministas. *Re-criando a (categoria) mulher?* eis o título do texto que leva-nos a indagar a respeito dessas desestabilizações conceituais essenciais à teoria e à prática dos feminismos.

Nesse texto, Piscitelli elucida um movimento nas discussões contemporâneas de se retornar à categoria mulher, não se tratando segundo ela “exatamente de um ‘retorno’, uma vez que as novas formulações não estariam contaminadas pelo fundacionalismo biológico” (2002, p. 01). Aqui, traz discussões que caminham pela emergência da categoria gênero, passando pelas vertentes feministas e destacando os principais conceitos afetados por esse encontro, que são os conceitos de identidade, opressão e patriarcado. Para essa linha de pensamento, a categoria mulher é pensada a partir de traços biológicos e culturais que entendem o corpo feminino como condição para a opressão patriarcal (PISCITELLI, 2002).

É frequente a oposição gênero e mulher ou estudos de gênero e estudos sobre mulher. Em meio a essas confusões de âmbito epistemológico e as suas reformulações, é que “algumas autoras ‘abandonam’ gênero, propondo uma nova utilização da categoria ‘mulher’” (Idem, p. 20). Nesse sentido, a de se destacar que a concepção de mulher trazida agora por autoras como Linda Nicholson como Adriana Piscitelli cita, está longe de qualquer essencialismo, o que seria também uma possibilidade de teorizar com mais destreza as relações de poder. Para a primeira, a proposta seria a de estudar mulheres em contextos específicos, o que viabilizaria a percepção de diferenças, não entendendo mulher enquanto uma categoria homogênea.

A história das mulheres no que concerne à historiografia brasileira é pontuada de acordo com Margareth Rago (1995) como tendo emergido a partir da vontade de emancipação feminina e do alargamento do próprio discurso histórico. Alguns fatores como “pressões e demandas do movimento feminista, desde os anos 70, assim como a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e na vida acadêmica forçaram uma quebra do silêncio das historiadoras” (Idem, p. 81), que passaram a incorporar novos temas em suas operações historiográficas. Contudo, outros fatores como a interdisciplinaridade também foram responsáveis por essa emergência. Como diz Joana Maria Pedro e Raquel Soihet:

O desenvolvimento de novos campos tais como a história das mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino. Apoiam-se em outras disciplinas – tais como a literatura, a linguística, a psicanálise e, principalmente, a antropologia –, com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto. Assim, a interdisciplinaridade assume importância crescente nos estudos sobre as mulheres (2007, p. 285).

É nesse sentido que Rago propõe uma reflexão sobre a produção histórica tendo como centro a mulher no Brasil. A partir de três momentos, o texto *As mulheres na historiografia brasileira* oferece uma problematização em torno da categoria mulher na história social e na história cultural, trazendo ao fim uma discussão de sua obra *Os prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo*.

A partir de 1970, estudiosas das ciências humanas começaram a realizar estudos identificando signos de opressão social sob as mulheres. No berço desses estudos estão os da socióloga Helleieth Saffioti. *A mulher na sociedade de classes*, publicado em 1969, tornou-se um clássico, afinal, Saffioti era a primeira a falar da opressão feminina como efeito da sociedade de classes. Para ela, a superação dessa opressão só seria possível com o fim do sistema capitalista. Mudanças seriam possíveis, contudo, categorias como sexo e raça se mostravam como mecanismos que atuavam na conservação dessa estrutura social que era e é opressora e excludente.

Nessa dimensão, uma segunda onda de estudos sobre a mulher era aquela que evidenciava as estratégias, lutas e reinvenções do cotidiano. Destaca-se o trabalho de Maria Odila Leite bem como o da própria Margareth Rago. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* e *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar* apresentam

respectivamente as estratégias de sobrevivência de escravas em São Paulo e como isso foi importante no processo de aculturação bem como de negociação da cultura africana no país. A segunda obra dimensiona um olhar para as normas disciplinares impostas pela sociedade da primeira República, passando pelo cotidiano, pelos espaços e por práticas. Rago enfoca as mulheres operárias e suas burlas a essa suposta ordem.

Seguem-se estudos como o de Raquel Soihet, Martha de Abreu Esteves, Laura de Mello e Souza e Mary Del Priore, estas últimas no âmbito da história das mentalidades. Assim, vemos a emergência da história das mulheres dentro da historiografia brasileira passando por discussões já do que tange ao cultural. Logo, a mulher vista aqui enquanto agente social já ganhava espaço na sociedade bem como dentro da historiografia. O feminismo já adentrava partidos e associações e “as mulheres, portanto, ganhavam evidência, enquanto sujeito político, também pela historiografia” (RAGO, 1995, p. 87). Sob afetação dos estudos de gênero, essa historiografia passou a desconsiderar oposições binárias. As categorias homem/mulher passaram então a ser analisadas sob o viés da construção sociocultural.

A partir dos estudos foucaultianos, a autora traça um movimento de pensar a prostituta como um efeito de discursos no seu livro *Os prazeres da noite*. Ela diferencia seu trabalho de uma história social da prostituição, esta que seria um acontecimento da cidade industrial na medida em que desvela uma vontade de normatizar corpos, e no caso, os corpos femininos. Percebemos então, que aos poucos a historiografia foi sendo tomada por estudos das mulheres e sobre as mulheres. Isso em parte foi possibilitado pelo feminismo e suas lutas.

Em um livro da clássica coleção *Primeiros Passos* da Editora Brasiliense, Jacqueline Pitanguy e Bianca Moreira Alves trazem uma discussão sobre *O que é feminismo*. Para as autoras, esse movimento ressurgiu na segunda metade do século XX – a chamada segunda onda – em virtude de conexões que tinham em si do ideal de busca por uma nova sociedade. O feminismo caracterizar-se-ia então pela auto-organização de mulheres em suas múltiplas frentes bem como em pequenos grupos, onde se fortalece a solidariedade. Frentes de luta como sexualidade e violência, saúde, ideologia e formação profissional vieram à tona nessa segunda onda, quando grupos organizados trabalhavam a partir de grupos de reflexão visando projetar as lutas do âmbito mais local ao coletivo. Hoje, já se percebe segundo as autoras, um alinhamento do feminismo a todos os movimentos que lutam contra algum tipo de opressão, de discriminação. Essas, no entanto, trazem uma visão muito abrangente de história

quando tecem discussões sobre a Antiguidade e Idade Média para principiar a discussão proposta.

É esse mesmo feminismo que a partir de 1975 já não podia ser escrito no singular. Para Carla Cristina Garcia: “o feminismo foi florescendo em cada lugar do mundo com suas características, tempos e necessidades próprias” (2011, p. 93). O movimento já se articulava sob novos ares, já adentrava a Academia, desenvolvendo um status próprio e categorizações que caracterizam os feminismos contemporâneos.

No Brasil, o movimento se articulou de forma fragmentada por meio de reuniões privadas em casas de intelectuais e múltiplas manifestações, com distintos objetivos e pretensões. Além disso, se visibilizou por meio de manifestações públicas com eventos de grande porte (PINTO, 2003). Para essa autora, em seu livro *Uma história do feminismo no Brasil*, o feminismo brasileiro teve como berço o exílio. Cidades como Paris, que recepcionava essas mulheres advindas da opressão política brasileira, tiveram grupos como o Grupo Latino-Americano de Mulheres¹⁰ e o Círculo de Mulheres Brasileiras¹¹, que foram responsáveis por fazer vibrar ideais e discussões feministas mesmo em um contexto tão tumultuado. Segundo ela, nesse momento “o feminismo era mal visto no Brasil, pelos militares, pela esquerda, por uma sociedade culturalmente atrasada e sexista” (Idem, p. 64).

Outrora percebemos que a maioria dos estudos acerca do movimento feminista no país ainda são feitos por profissionais do âmbito das Ciências Sociais, principalmente. Logo, percebemos uma ausência por parte da historiografia no trato com esse tema. Contudo, são vastos os estudos sobre as mulheres em suas várias outras dimensões. Ainda que os estudos sobre as lutas organizadas e especialmente sobre o movimento social feminismo não tenham sido devidamente aprofundados no campo da História, essa lacuna se agrava quando deslocamos nosso olhar para o feminismo no Nordeste brasileiro e em especial, à Paraíba como discutiremos mais a frente.

Como mencionado no início desse capítulo, muitas das feministas pioneiras que vieram para o Estado e em especial para Campina Grande, lócus de nosso estudo, foram exiladas fora do país, chegando com ideias e discussões travadas nesses espaços.

¹⁰ Formado por mulheres de diferentes países da América Latina, uma parte delas exiladas, o grupo realizou suas primeiras reuniões a partir de 1972, em Paris. Promoveu grupos de reflexão, debates, projeções de filmes e, entre janeiro de 1974 e o segundo trimestre de 1976, publicou o boletim bilíngue (português e espanhol) *Nosotras*. Foi fundado em 1972 por Danda Prado, ex-militante comunista.

¹¹ Formado em 1975 e dissolvido em 1979, em Paris, por iniciativa de algumas mulheres militantes de organizações de esquerda, entre elas Regina Carvalho. Foi uma organização cujo objetivo era a discussão exclusiva da especificidade da questão de gênero atrelada à luta de classes.

Percebemos a chegada dessas ideias a partir da atuação dessas integrantes na constituição de grupos, coletivos e da imprensa feminista emergente no país. É assim que o livro *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*, organizado por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff traz a junção de duas questões: feminismos e ditaduras, analisando seus vieses e desdobramentos. Fazendo um panorama da América Latina entre os anos 70 e 80 com as questões mencionadas em enfoque, o livro tem a preocupação de trazer memórias de militantes bem como mostrar a articulação desses espaços e os diálogos empreendidos entre as mulheres nos espaços de exílio. Ao fim, nos presenteia com três depoimentos, sendo eles os de Amelinha Teles, Albertina de Oliveira Costa e Miriam Suárez, que militaram contra as ditaduras brasileira e boliviana, respectivamente.

No capítulo *Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989)*, Joana Maria Pedro discorre acerca dos feminismos em tempos de ditaduras em países como Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. De forma bastante didática (a autora vale-se de quadros e tabelas explicativas), destaca a dimensão antifeminista e antidemocrática desses países no recorte dado. Segundo ela, a circulação de ideias feministas nesses espaços só foi possível mediante disputas e reapropriações. “Disputas, no sentido de questionar o próprio sentido de feminismo, face aos embates políticos e às questões econômicas, sociais e culturais” (PEDRO, 2010, p. 117). Ainda segundo a autora, no Brasil:

O feminismo que surgiu durante a ditadura militar, esteve diretamente envolvido com grupos de esquerda. Salvo raras exceções, a maioria das mulheres que se identificaram com o feminismo, neste período, participava de grupos de resistência, era simpatizante ou tinha familiar envolvido nestas lutas (Idem, p. 124).

Um traço que distinguia o feminismo brasileiro do dos outros países comparados, é a grande formação de grupos feministas no exterior, durante o período do exílio. Além do Grupo Latino-Americano de Mulheres e do Círculo de Mulheres Brasileiras, mencionados acima, outros se destacaram como o organizado por Marli Moreira Alves em Lisboa e um coordenado por Zuleika Alambert, no Chile. O retorno dessas militantes para seus países de origem, fez alterar valores e embates do feminismo que ficou e da militância em grupos de resistência. Foi assim que o feminismo latino-

americano passou a ser conjugado no plural¹², possibilitando a estruturação de grupos e lutas no exílio e depois sendo transposto a seus países de origem.

O feminismo desenvolvido no Brasil se distinguiu do feminismo europeu e norteamericano, por exemplo, segundo Ana Alice Costa (2010) no capítulo *O feminismo brasileiro em tempos de ditadura militar*, por um posicionamento mais ideológico, de combate ao regime militar, envolvimento de setores populares e luta pelos direitos da mulher. Tivemos em 1975 a criação do Centro da Mulher Brasileira e logo após, uma imprensa feminista com jornais como o *Nós mulheres* e o *Brasil Mulher*.

Discorrendo acerca do modo como as mulheres viviam e militavam no exílio, Rachel Soihet (2010) fala em *Mulheres Brasileiras no Exílio e Consciência de Gênero* de supostas crises de identidade pelas quais essas mulheres passaram nesse período fora de seus países de origem, na medida em que diminuíram a atuação na militância (embora não tenham deixado de atuar), o que foi responsável por acentuar o exercício de reflexão e o “descobrir-se mulher”. Algumas delas estavam exiladas com seus maridos e as novas vivências e influências as permitiram romper com ciclos de sujeição e passaram a ser transgressoras. Mas, “de qualquer forma, não foi algo fácil para mulheres formadas em uma perspectiva marxista tradicional reconhecer a significação da especificidade feminina” (Idem, p. 212). Foi-se criando nesse ínterim, uma solidariedade de gênero, nos dizeres de Christine Delphy (apud SOIHET, 2010). Várias mulheres entrevistadas pela autora, destacam os ganhos em termos de análise da situação da mulher que lhe foram possíveis a partir do contato com outras culturas e com outros países.

Em *Muitas faces do feminismo no Brasil*, Vera Soares historiciza os movimentos de mulheres no pós década de 70. Ela entende o feminismo enquanto a ação política das mulheres e que engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social (SOARES, 1998). Traz o âmbito da participação de mulheres nas lutas democráticas, muito engajadas na esfera política de esquerda. Destaca a astúcia dessas mulheres, pois segundo a autora:

Souberam aproveitar a brecha e organizaram encontros, seminários, conferências, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. A partir daí, comemorações públicas do Dia Internacional da Mulher (8 de março) passaram a ocorrer em vários estados, várias

¹² Cf. PEDRO, 2010.

organizações feministas tomaram forma e vários jornais feministas apareceram (SOARES, 1998, p. 37).

Estudando o(s) *Feminismo(s) no Rio de Janeiro entre os anos de 60 e 90*, Ângela Maria Arruda delinea a existência de três tendências dentro do feminismo carioca, mas também nacional e internacional que são os direitos sexuais e reprodutivos, o ecofeminismo e o feminismo teológico. Segundo a autora, foram recebidos com bastante desconforto no Brasil (ARRUDA, 2012). Partícipe dessa história, destaca que lutas da esquerda e entidades sindicais já estavam sendo alternativas estreitas de luta para essas mulheres.

A partir de uma articulação entre memória individual e coletiva, Ângela Arruda fala da contribuição do ano de 1975 (Ano internacional da mulher segundo a ONU) para uma organização tanto pública quanto privada das mulheres. Esse ano impulsionou suas lutas, coragens e vontades. 1979 foi o ano de criação do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro que para ela, foi responsável por criar “um espaço de exploração das fimbrias da cidadania feminina: o corpo e a domesticidade” (2012, p. 10). Aqui, foi primordial a atuação das mulheres que voltavam do exílio, já “convertidas” ao feminismo, como ela mesmo cita. Com relação a temas tabus como o aborto:

No Rio, militantes decidiram levar a discussão para as ruas, como já acontecia com a violência contra a mulher. (...) A troca entre as mulheres permitia incorporar a visão do corpo feminino como lugar de exercício do poder patriarcal, portanto de exercício de autonomia da mulher, e por conseguinte, como uma faceta da cidadania a conquistar – um espaço de direitos. (Idem, p. 11).

Portanto, lutar por uma autonomia do corpo da mulher estava entre as primeiras bandeiras de luta. Já era o período em que discussões sobre o PAISMC (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança) estavam à tona. Após os anos 90 uma série de atividades já legitimavam o lugar de luta e fala feministas. Em 1991, o SOS Corpo e o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde de São Paulo organizaram um seminário a fim de avaliar a trajetória do feminismo a nível nacional e no que tange principalmente a essas questões. O seminário resultou na criação da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. A partir daí ONG's e espaços de discussão já estavam abertos nas universidades.

Uma referência muito interessante fruto do I Seminário Nacional *Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas* e que leva o mesmo nome, traz vários textos de estudiosas da área de todo o país. Passando pela história dos feminismos no país, saúde da mulher, identidade negra e estudos de caso, também nos deu margem para pensar o feminismo na cidade de Campina Grande-PB e refletirmos com relação à ausência de discussões sobre essa história de lutas no Estado. Nesse mesmo viés, o livro *Olhares Feministas*, publicação da coleção *Educação para todos* e que é uma coletânea de artigos publicados em revistas da área a exemplo da *Cadernos Pagu* e *Estudos Feministas*, discute temas ligados ao feminismo, ao gênero e uma educação das diferenças. Passando por áreas como educação, trabalho, sexualidade, violência, política, arte, mídia e cultura, também possibilitou pensar nossa proposta articulando com discussões atuais da área.

A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade é um livro de Margareth Rago que traz uma perspectiva inovadora na historiografia dos feminismos no Brasil. A autora teoriza o movimento a partir de histórias de vida de algumas “feministas históricas”, dentre as quais Amelinha Teles e Ivone Gebara. Rompendo com academicismos, ela mesma está imersa na história que propôs fazer. Faz ela uma *heteroautobiografia*, nos dizeres de Márcio Seligmann-Silva (2013)¹³. Trazendo a dimensão das escritas de si, conta a história do feminismo no país a partir de narrativas, de memórias. Memórias de mulheres transgressoras, visto provocarem deslocamentos no imaginário social e terem elaborado subjetividades outras.

As sete mulheres cujas memórias Rago traz à tona “denunciaram e continuam denunciando as inúmeras formas de violência sexual, física ou simbólica, que aniquilam as possibilidades de inscrição diferenciada das mulheres no mundo público e no privado” (RAGO, 2013, p. 35). A partir do conceito foucaultiano de “artes da existência”, elabora olhares para as práticas de subjetivação dessas mulheres, vendo como puseram em prática liberdades para consigo e para com o mundo.

Ainda Margareth Rago no texto *Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global*, publicado pela Labrys, revista de estudos feministas, refuta o já comentado por Vera Soares, a ideia de que as feministas brasileiras se desprenderam de sindicatos e partidos na medida em que combatiam uma linguagem sexista bem presente nesses espaços. Contudo, ainda usavam uma linguagem e conceitos advindos desses

¹³ Prefácio. In: RAGO, 2013.

setores, que por sua vez, tinham um discurso político revolucionário. Usar também alguns desses conceitos foi uma estratégia do movimento feminista brasileiro visando ganhar seu espaço. Segundo a autora:

As feministas se colocavam, assim, segundo a perspectiva marxista-leninista, como vanguarda revolucionária do movimento das mulheres, necessária para orientar as trabalhadoras em sua “missão histórica”, parafraseando o que a esquerda repetia em relação às suas tarefas para com o proletariado. Articulavam-se para fora, deste modo, com os outros movimentos de luta pela redemocratização no país e, deste modo, eram legitimadas (RAGO, 2003, p. 05).

Imersas em uma onda de novos horizontes teóricos e políticos, as feministas brasileiras se articularam com várias frentes de luta, criando grupos em vários Estados do país. Ao mesmo tempo em que surgiram então grupos como o Coletivo Feminista de Campinas, o SOS Corpo, na Paraíba surgem também o Maria Mulher em João Pessoa (1979) e o Grupo de Mulheres de Campina Grande (1982)¹⁴. Assim, a partir da volta das mulheres do exílio no fim da década de 70, houve uma espécie de desdobramento dos grupos feministas que existiam no exílio como o Grupo Latino-Americano de Mulheres que fora fundado por Danda Prado. Dentre essas mulheres que voltam, tem-se Ângela Arruda e Eleonora Menicucci que fundaram respectivamente o Grupo Raízes (1984) e o Centro da Mulher de João Pessoa (1978), depois Maria Mulher, na Paraíba. Percebemos então, a existência de conexões e diálogos e uma espécie de pulverização de grupos a partir dos existentes fora do país e que era constituído por exiladas políticas. Ainda segundo Rago:

Todos eles mesclavam ex-militantes partidárias, marxistas e ex-marxistas, com feministas das novas gerações que defendiam prioritariamente as “políticas do corpo” e as questões da sexualidade. Apesar das tendências políticas diferenciadas, estes grupos buscavam total autonomia em relação aos partidos políticos de esquerda, como o PT - Partido dos Trabalhadores, que acabava de ser fundado, embora muitas ativistas fossem também militantes partidárias (Idem, p. 06).

¹⁴ Como nos fala Mary Ferreira (2011), os grupos feministas brasileiros surgiram em um primeiro momento no eixo Rio – São Paulo muito embora, não demorasse para que fossem irradiados para outras regiões do país. Até a década de 80 surgiram no Nordeste os grupos: Ação Mulher (Recife, 1978), Centro da Mulher de João Pessoa (1978), Grupo de Mulheres da Ilha (São Luís, 1980). A partir dos anos 80: SOS Corpo, Mulheres do Cabo, Cais do Parto, Viva Mulher em Pernambuco; Raízes, na Paraíba e o Grupo Feminista Leila Diniz, no Rio Grande do Norte. Veremos que alguns desses grupos mantinham constantes diálogos e trocas.

Ao fim da década de 70 e início da década de 80 houve uma explosão de grupos organizados por ex-militantes políticas vindas, na maioria dos casos, do exílio. É isso o que se observa na Paraíba. Esses grupos lançaram no espaço público através de discussões, debates ou manifestações, questões durante muito tempo tidas como tabu: sexualidade, aborto, virgindade, o direito de ser dona/o de seu corpo. Teve-se uma nova subjetivação como traz Foucault, que foi capaz de incorporar uma cultura de valorização à figura da mulher e de suas práticas.

Assim, o movimento de mulheres passou a dialogar em demasia com o movimento feminista nascente. Dessa associação, o feminismo levantou suas bandeiras de luta, abrindo espaço às discussões sobre violência e direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo.

No que tange à historiografia das mulheres e do feminismo paraibano, as referências são escassas. Há alguns poucos trabalhos que trazem a história e memória desse movimento no Estado, e vale ressaltar que não são feitos por historiadores, mas por sociólogos e integrantes dos grupos e ONG's, constituindo produções independentes. Impressiona, contudo, a existência de tal lacuna vista a dimensão das lutas, conquistas e participações a nível de João Pessoa e Campina Grande, principalmente. Por outro lado, há um bom número de pesquisas e textos que trazem movimentos de mulheres como os do Brejo do Estado, enfocando figuras como Margarida Maria Alves ou Maria da Penha Nascimento, que foram líderes sindicais nessa região. Os movimentos dialogavam e tinham assessorias das feministas institucionalizadas, contudo, estas foram esquecidas da historiografia. Foi diante desse paradoxo que nos lançamos nesta pesquisa intencionando contribuir com essa historiografia que é ausente. Esperamos colaborar com alguns retalhos para a fiação desse tecido.

Entre os poucos textos relativos a contar essa história, temos *Grupos de Mulheres da Paraíba: retalhos de uma história*. Publicação de 2001 da Cunhã Coletivo Feminista, é uma espécie de cartilha que mapeia os grupos de mulheres no Estado, trazendo um pouco de sua dimensão histórica. Importante ONG feminista com projeção regional e nacional, se articulou para a realização da pesquisa que culminou com essa publicação, visando cartografar os grupos de mulheres existentes no Estado,

organizando essas mulheres para a participação no XIII Encontro Nacional Feminista que foi realizado em João Pessoa-PB, no ano 2000.

Destacando “os poucos registros e informações sobre as organizações de mulheres existentes no Estado” (BARBOSA, et. al, 2001, p. 07), elenca de forma pontual e linear a emergência dos grupos (alguns dos quais ainda ativos), apontando seus tipos, perfis, números, dados e formas de articulação e mobilização. É um material necessário para se entender o desenvolvimento desses grupos e seu funcionamento hoje. De circulação limitada, foi consultado mediante ida da pesquisadora à sede da Cunha, localizada em João Pessoa-PB, no Bairro de Tambauzinho. Dessa forma, percebemos que mesmo existindo poucas publicações como essa, elas ainda são restritas, presentes em um âmbito pequeno. A de se levar em conta, contudo, que o público alvo do material não foi a Academia ou a sociedade em geral. Atentando para isso, a cartilha fez cumprir “seu dever” e nos possibilitou o acesso a dados e datas necessários a esse tecer.

Até mesmo com relação aos feminismos no Nordeste, tem-se poucas produções. Destacamos o artigo *Feminismos no Nordeste brasileiro: Histórias, memórias e práticas políticas* de autoria de Mary Ferreira. Elucidando o lugar do feminismo na construção de novas práticas políticas e modos de pensar a sociedade, aponta certa hegemonia nos estudos sobre grupos feministas do Sudeste. Mas e os outros feminismos? Para a autora: “A história desses grupos e de tantos outros revela um lado da história das lutas libertárias no Brasil ainda pouco evidenciado nas pesquisas nesse campo” (FERREIRA, 2011, p. 28).

O texto *Rastros de tragédia: movimentos sociais na Paraíba (1964-1980)*, de Mauro Guilherme Pinheiro Koury, relaciona a emergência de grupos feministas em João Pessoa a partir do ano de 1979, “desde a Federação das Mulheres, que vê a luta de mulheres como um momento na luta do conjunto dos trabalhadores, até grupos feministas que buscam encontrar a saída para a liberdade feminina através do conhecimento do próprio corpo” (KOURY, 1983, p. 58). O movimento de mulheres estudado aqui é justamente o do segundo bloco, apontado pelo autor. Esses grupos nascem no interior da Universidade Federal da Paraíba, campus João Pessoa e Campina Grande, sendo pioneiramente o Centro da Mulher de João Pessoa e o Grupo de Mulheres de Campina Grande, fundados por professoras universitárias vindas do exílio.

Dentre os poucos textos que historicizam o movimento feminista no Nordeste, temos também o capítulo do livro *Feminismo: memória e história*, cujo título é *Movimentos de mulheres na Paraíba: conquistas e desafios*, escrito por Glória Rabay.

Um ponto ainda a se destacar é que além de escassos, esses textos são breves e escritos por pesquisadoras que foram partícipes do movimento como é o caso da autora, o que vislumbra a inexistência de trabalhos nessa seara por parte da historiografia.

Aqui, a socióloga faz uma reflexão sobre o movimento de mulheres no Brasil deixando claro seu lugar: o de militante feminista na Paraíba. O texto faz um percurso rápido sobre o contexto de criação dos grupos pioneiros no Estado (já mencionados acima), apontando seus desdobramentos e diálogos com outras dimensões de luta como a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Passeando pelo recorte que trazemos aqui, Glória Rabay aponta a emergência de ONG's feministas no Estado e os desafios do feminismo contemporâneo.

Também nesse viés, os artigos *Abordagens feministas em estudos organizacionais e o movimento de mulheres na Paraíba* e *Os grupos de mulheres no estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços: um estudo de caso* analisam de modo sucinto a trajetória do movimento no Estado. O primeiro, de autoria de Lucimeiry Batista e Walmir Rufino, aponta as categorias do feminismo (radical, liberal, psicanalítico, socialista, pós-estruturalista e pós-colonialista), numa tentativa de enquadramento dos grupos paraibanos nessas subdivisões, percebendo as influências sofridas por suas integrantes. O segundo, traça um movimento parecido, mas aprofunda a história de criação dos grupos, que se dá entre as décadas de 70 e 80. Ao fim, elabora um estudo de caso com o Centro da Mulher 8 de Março e com o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Fizemos então essa trajetória e chegamos aqui afetados, com nossas propostas ressignificadas, transpostas. Esses caminhos nos levaram a historicizar o movimento feminista na cidade de Campina Grande-PB. Em meio a ausências, memórias e lutas, fizemos cirurgicamente uma operação no tempo, pensando como o movimento feminista em Campina Grande se fez e se articulou com o contexto histórico tratado até aqui. Agora adentremos a esse mundo. Avante!

CAPÍTULO II

DE DENTRO PARA FORA, DE FORA PARA DENTRO: HISTÓRIA(S) DO FEMINISMO NA PARAÍBA

“As conexões entre mulheres são as forças mais potencialmente transformadoras do planeta.”
(Adrienne Rich)

Como vimos, a década de 70 foi marcada pela volta de mulheres do exílio e pela consolidação de grupos feministas no Brasil. Foi quando se teve a formação de frentes de debate e a luta pela democracia no país. Muitas das mulheres exiladas tiveram contato com o feminismo estrangeiro, sendo responsável por redimensionar suas práticas, formando-as no movimento feminista. Na Europa, por exemplo, as brasileiras se articularam em grupos como o Grupo Latino-Americano de Mulheres e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. Essas mulheres que retornaram então ao Brasil no período de abertura “lenta, gradual e segura” do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) “havia vivido a extrema condição de dominação. Ansiavam por uma militância diferente da que haviam conhecido, por espaço para novos ângulos da cidadania, abrigados no próprio corpo” (OLIVEIRA apud ARRUDA, 2012, p. 05). Dessa forma, vão ser responsáveis por articular o feminismo brasileiro, que nasce, portanto, no seio da militância.

Afetadas pela luta política, torturas e exílio, essas mulheres articularam um fazer político próprio com o intuito de construir um protagonismo durante muito tempo negado. A partir dessas experiências se criaram grupos e associações em várias partes do país, como o Centro da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro, a Associação de Mulheres, o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, ambos em São Paulo, os grupos SOS Violência em vários Estados, o SOS Corpo em Recife, o Maria Mulher em João Pessoa, o Brasília Mulher em Brasília, dentre outros. Ao mesmo tempo, constituiu-se uma imprensa feminista, importante espaço alternativo de reflexão e discussão do feminismo no país (RAGO, 2013).

Já em clima de abrandamento do regime militar, outro elemento de grande contribuição à divulgação do feminismo brasileiro nascente foi a imprensa alternativa que passou a contar com mais três periódicos: o *Brasil Mulher* (1975), o *Nós Mulheres* (1976) e posteriormente com o *Mulherio* (1981). Segundo Rosalina Leite (2003), essa

imprensa circulava dentro e fora do país. O *Brasil Mulher*, por exemplo, já era conhecido pelas feministas exiladas militantes do Círculo de Mulheres de Paris. “A correspondência e o diálogo eram frequentes entre a direção do jornal e o coletivo de mulheres exiladas, de onde se origina grande parte das militantes do *Nós Mulheres*” (LEITE, 2003, p. 235). Vale destacar que esses jornais surgiram dentro de condições de funcionamento muito limitadas, exceto *Mulherio*, que já nasceu institucionalizado, sob apoio das Fundações Ford e Carlos Chagas.

Defendendo bandeiras como a da Anistia e questões relacionadas às organizações populares de mulheres, convívio familiar, sexualidade e relações de poder, essa imprensa se inseriu no movimento popular. A autora, que foi do conselho editorial do *Brasil Mulher*, pontua alguns temas que atravessaram esses periódicos durante suas existências. Dentre os quais estão as campanhas contra a carestia e por creches, as eleições, direitos da mulher no que tange à sexualidade, planejamento familiar, aborto, bem como a relação mulher e trabalho e violência doméstica. Logo, nesse momento, o movimento feminista brasileiro já se articulava na periferia dos grandes centros, se mesclando às várias tendências de movimentos de mulheres. Esse encontro, que segundo Margareth Rago (2013):

Foi certamente frutífero. Para as feministas, porque passavam a atingir uma rede muito mais ampla da população feminina; para as mulheres da periferia, porque lhes trazia questões que dificilmente seriam enunciadas espontaneamente, como as referentes à moral sexual, ao corpo e à saúde, com que, muitas vezes, sofriam silenciosamente. Fundamentais nessa conexão, os feminismos desenvolveram e ampliaram suas bandeiras de luta, dando destaque aos temas da violência contra as mulheres e aos direitos reprodutivos (p. 119).

Eis que na Paraíba no ano de 1979 fora criado o Centro da Mulher de João Pessoa, que em 1980 passou a se chamar Grupo Feminista Maria Mulher e que vai estar diretamente ligado ao desenvolvimento de projetos na periferia, através da conscientização de mulheres, por exemplo. Constituído de mulheres militantes vindas da França como Eleonora Menicucci¹⁵ ou de outras regiões do país como Lourdes Bandeira, que chegaram ao Estado para serem professoras na Universidade Federal da Paraíba, surgiu dentro das atividades do I Encontro Nacional Feminista, realizado em

¹⁵ No fim do texto, no setor de anexos, trazemos um perfil com algumas informações sobre as feministas que militaram na Paraíba e que são citadas no decorrer deste trabalho.

Fortaleza-CE. Na mesma lógica, em Campina Grande se articulou o Grupo de Mulheres de Campina Grande, surgido da cooperação também entre mulheres vindas de fora do Brasil, a saber: Ângela Maria Arruda e Paola Cappellin Giuliani. Podemos considerar essas mulheres como pioneiras da segunda onda do feminismo no Estado, que nasce então, a partir de influências externas. Tal como Rago (2013), consideramos a emergência dessa geração de mulheres como um “acontecimento”, como uma força que irrompeu com o curso dos movimentos de mulheres no Estado.

Como nos diz Glória Rabay (2000), o Grupo Feminista Maria Mulher viveu de sua própria militância. Nunca se institucionalizou e atuava de modo informal. Apesar disso, foi o primeiro grupo feminista no Nordeste a fazer manifestações públicas por causa do assassinato de uma mulher – a poetisa Violeta Formiga que fora barbaramente assassinada por seu marido em 1982. Além dessa atuação, muitas mulheres posteriormente já buscaram se inserir em partidos e sindicatos, “expondo a diversidade do movimento e tornando-o mais complexo” (p. 93). Lourdes Bandeira (2006) destaca a importância que o grupo teve dentro do espaço acadêmico da UFPB e suas repercussões na sociedade local. As resistências também não foram poucas, as mulheres participantes – quase todas professoras – eram apontadas como sendo “as feministas”, as estrangeiras sendo quase sempre taxadas assim e de forma pejorativa.

João Pessoa e Campina Grande estavam então nesse ínterim, sob influência desses grupos de mulheres que além do âmbito acadêmico, também estavam presentes em áreas rurais e nas periferias, atuando com grupos de reflexão e autoconsciência, tática de luta responsável por partilhar vivências subjetivas para o âmbito do grupo, bem como reivindicando políticas públicas no que tange à saúde da mulher. Havia um clima, portanto, de discussões nesse viés, e que já vinha à tona em colunas e matérias de jornais locais, por exemplo. Seja revelando opiniões contra ou a favor do movimento, jornais como *O Momento*¹⁶ já apresentavam grande espaço para discutir a “questão da mulher”¹⁷.

Esses espaços revelavam os olhares e representações lançadas sobre as feministas e sobre o feminismo naquele momento. Uma coluna do paraibano Levy G. Moreira n’*O Momento* intitulada *Feminismo* traz:

¹⁶ Segundo catálogo do NDHIR/UFPB, *O Momento* foi fundado em 1950, tendo circulado até 1991. Destacou-se pelo envolvimento nas grandes polêmicas políticas que assinalaram o enfrentamento à ditadura a partir dos anos 70. Foi dirigido de 1986 a 1989 por Goretti Zenaide.

¹⁷ Hoje entendido como sendo os estudos de gênero.

Fora do lar a mulher está contribuindo inconscientemente para a destruição da sociedade, não há dúvida, e arregimentando um exército que, daqui a dez ou cinquenta anos, destruirá tudo. (...) Essa mania de querer saber definir tudo é muito complexa e aqui vai apenas um testemunho para servir de contributo contra o afastamento da mulher do seu legítimo e honradíssimo lugar, indefinidamente mais honrado do que a função de promotora num tribunal ou um gabinete de ministra. Do saldo, a estrutura da mulher é de mulher, mais frágil, e, como tal, jamais alcançará ela o destino do homem, a não ser com essas arrancadas feministas que estão comprometendo as estruturas do mundo¹⁸.

É surpreendente a reiteração desse lugar que Levy Moreira atribui à mulher do final dos anos 70, pois é muito semelhante aos discursos que já circulavam na imprensa da primeira metade do século na Paraíba. Assim, além do rebuscamento da linguagem, percebemos a acidez lançada sobre a mulher que rompe com o destino de Amélia, ou seja, com o destino de ser mãe, dona de casa e amante do lar. Representante máximo do discurso patriarcal, esse texto desvela os olhares lançados frente ao feminismo nascente no Estado. Para o jornal, então, as “arrancadas feministas” não eram vistas com bons olhos. Foi diante desse contexto de rompimento com um discurso “divino” para a mulher e para seu corpo, que as feministas da UFPB e da URNE (como veremos a seguir) fizeram emergir seu discurso e por isso foram taxadas de radicais, utópicas e outras coisas do gênero. Além desse tipo de agressão, conta-se que uma dessas feministas históricas teve sua casa incendiada, na capital. Embora crítico, esse discurso não representava o todo e o feminismo emergente conseguiu se erguer apesar dessas intempéries.

Por outro lado, o mesmo jornal trouxe também um texto em que discute a dimensão de lutas das mulheres e a percepção de um novo lugar de fala: “Fora de casa, discriminada e tomando consciência disso, a mulher sente necessidade de organizar sua convivência com as outras mulheres, transformando essa convivência em instrumento de pressão”¹⁹.

Falando de grupos nascentes a nível de Sudeste, faz um “convite” a quem se interessar por participação nos grupos ou nas publicações, para se integrar à luta. Dessa forma, percebemos a emergência também de um discurso no jornal que é fruto dessas afetações do campo de lutas da sociedade civil, mais especificamente das mulheres. No

¹⁸ **O Momento**, João Pessoa, 19 a 25 de agosto de 1979, ano 7.

¹⁹ HERRERA, Marina. Mulheres em movimento. **O Momento**, João Pessoa, 16 a 22 de dezembro de 1979, ano 7.

recorte temporal dessa pesquisa, percebemos uma série de textos, no mesmo periódico, que trazem essa dimensão.

Dessa forma, vemos articular um ambiente propício à eclosão das muitas lutas e participações do movimento feminista na sociedade paraibana. Articulando novas maneiras de fazer e re-apropriações, as mulheres-militantes foram inventando o cotidiano com “mil maneiras de caça não autorizada” (CERTEAU, 2002, p. 38) e instaurando novas relações consigo e com o mundo.

2.1. Por uma cartografia das lutas

No fim da década de 1970, o ensino superior na Paraíba havia dado um salto qualitativo em relação a anos anteriores. Contava com duas universidades: UFPB e URNE. A primeira fora criada perante a junção de algumas escolas de formação profissional existentes no Estado, a exemplo da Escola Politécnica. A segunda, por sua vez, foi criada na década de 60 e passaria por algumas crises até sua estadualização em 1987.

Campus II da UFPB e campus sede da URNE, Campina Grande se articulava em um quadro de busca “por uma posição hegemônica no contexto da realidade paraibana” (VIEIRA, 1979, p. 11). Foi lócus de incentivo de programas de melhoria no seu ensino superior. Para o caso da UFPB, o reitorado de Lynaldo Cavalcanti²⁰ teve uma importância ímpar em seu crescimento e manutenção de multicampis. Em sua gestão, a UFPB investiu em contratações de professores de outras áreas do país e até do exterior, visando alavancar o seu quadro docente, trazendo pessoas atualizadas, de formação recente para a graduação e pós-graduação da instituição. Foi uma época de grande efervescência e incentivo à participação em encontros e seminários.

Nesse contexto de sufocamento político decorrente do regime militar, muitos professores de fora do Estado foram então, convidados a trabalhar na Paraíba. Dentre eles, alguns que já sabiam que não seriam contratados em outras universidades em virtude de seus posicionamentos ideológicos críticos. Espanta-nos, portanto, a criação dessas “brechas” em meio a um regime político tão fechado, enrijecido. Como Campina Grande – e a Paraíba – pôde abrigar tantos “forasteiros” em pleno regime militar, ainda mais em uma universidade federal? Como se explicaria isso?

²⁰ Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque teve sua gestão na UFPB entre 1976 e 1980.

O fato de Campina Grande se localizar em uma região interiorana se tornou um atrativo para os muitos recém-doutores ou ex-exilados que chegavam à cidade. Sufocados pelo clima político estarrecedor, precisavam recompor forças, pensamentos e suas vidas materiais. Logo, buscando condições de sobrevivência e novas fronteiras que os permitissem viver sem os olhos penetrantes dos grandes centros, vários professores de fora chegaram à Campina. Não é de se desconsiderar também o espírito forasteiro desses que chegavam em uma cidade no interior da Paraíba que pouco tinham ouvido falar²¹. Como nos diz Gisélia Potengy (2007), que era uma dessas “estrangeiras”:

A composição social do pessoal que "comprou" esse projeto de modernização era extremamente variada: entre os brasileiros, havia cariocas, paulistas, mineiros, cearenses, pernambucanos, paranaenses, gaúchos, goianos. E havia os latino-americanos e os europeus: argentinos, chilenos, mexicanos, italianos, alemães, franceses, belgas e americanos (p. 06).

Assim, percebemos a multiplicidade de “*outsiders*” que chegaram à cidade. Percebemos também, uma diversidade não só de origens, mas de tendências, de formações. Muitos foram da geração “paz e amor”, haviam passado por experiências marcantes, por militâncias e tinham relações sociais mais abertas e maleáveis do que as predominantes em Campina Grande, que então ainda se apegava a hábitos conservadores, embora tenha sido aberta a mudanças e ao convívio com o de fora, o que faz-nos remeter à sua história e sua ligação com tropeiros, feirantes e outros personagens mais. Nesse sentido, os professores de fora passaram a constituir uma parcela distinta, com hábitos difusos, modernos, contraculturais.

Em um ensaio memorialístico, a autora, hoje aposentada pelo Mestrado de Sociologia Rural da UFPB, fala-nos com relação aos hábitos deles, dos de fora:

Além de agredir os "da cidade" exercitando nosso estilo, digamos, despojado, de viver, com nossas roupas meio “hippies”, saias indianas transparentes ou muito curtas para os padrões, fazíamos questão de nos distinguirmos como "outsiders": os homens davam aula de chinelo ou tênis, camisa esporte e bermuda; sentávamos na mesa para dar aulas – aliás não ministrávamos aulas, dávamos "seminários" –

²¹ Nesse contexto, a cidade de Campina Grande também passava por ondas de violência como a ocasionada pelo grupo de extermínio Mão Branca. Esse “esquadrão da morte paraibano”, além de dizimar marginais, também ameaçava políticos, advogados e outros ícones da sociedade campinense. Além disso, jornais como o *Diário da Borborema* apontam uma série de crimes entre famílias de ciganos nesse momento.

longas discussões, com todos em círculo, com o propósito explícito de desmanchar a distância hierárquica entre professor e aluno, uma vez que almejávamos a igualdade e a quebra da disciplina, influenciados pelo "espírito de 1968", sobretudo por tudo que se expressava no comportamento (POTENGY, 2007, p. 07).

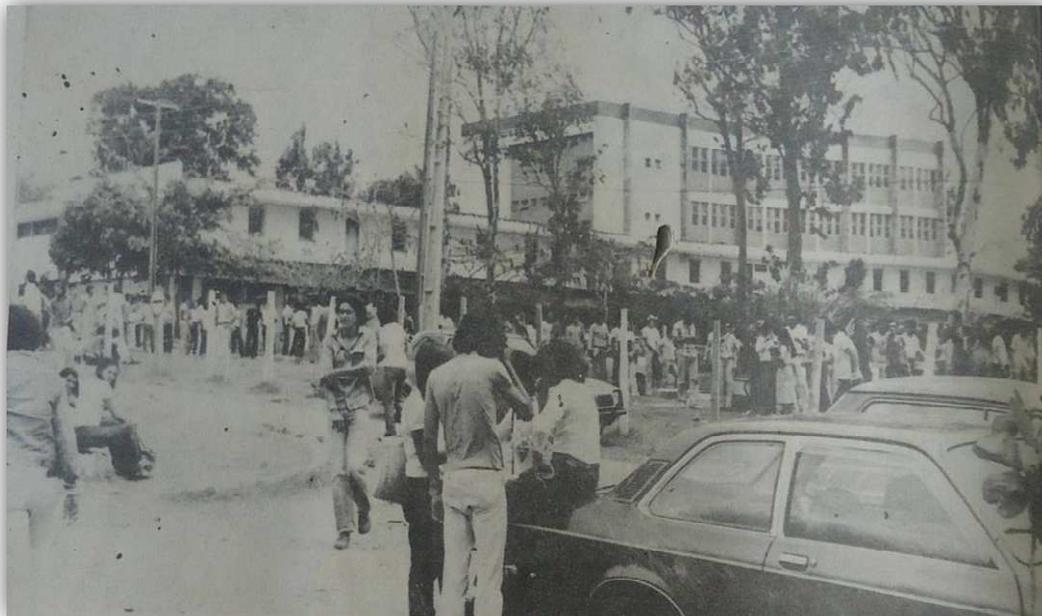
Assim, vemos emergir uma onda de novas afetações sob a sociedade campinense, uma onda de novos ares, mais liberais, despojados. Nesse contexto, de lutas pela quebra do ensino que se centrava numa relação de autoridade sob a figura do professor, a educação foi ressignificada e antigas tradições, então, postas em xeque. Esses professores participavam da vida cultural da cidade, seja através de festivais ou até mesmo na ida a bares e restaurantes. A mulher já começava a adentrar esses lugares e todos passavam a se integrar com os de “casa” ou entre eles mesmos. Outros espaços como a feira foram mais que apreciados pelos participantes dessa “república de estrangeiros”.

Michel Zaidan Filho, que fora professor na então Universidade Federal da Paraíba, campus II (hoje Universidade Federal de Campina Grande²²), entre 1975 e 1986, assinou um artigo no jornal *Diário da Borborema*²³, intitulado: *Os “estrangeiros” do campus II*²⁴. Esse texto revela dentre outras coisas o espaço que esses professores de fora estavam ganhando dentro do cenário campinense. Pondo em pauta a falta de políticas de interiorização efetivas da universidade, critica seu funcionamento interno, mostrando que as ações da Pró-Reitoria de Assuntos do Interior faziam jus à composição do campus (em sua maioria de professores e estudantes de fora do Estado), deixando de investir no setor e deixando o campus II estrangeiro dentro dessa estrutura que englobava também o campus de João Pessoa. Segundo ele, as verbas disponibilizadas para a execução de projetos eram ínfimas e a realização de eventos e programas de extensão terminavam por serem lançados a partir de iniciativas individuais. O mesmo espaço ainda traz uma foto do campus, elucidando sua composição variada e mista.

²² Em 2002, a Universidade Federal de Campina Grande foi criada a partir do desmembramento da UFPB, tornando-se a então UFCG.

²³ Jornal fundado em 02 de outubro de 1957 por Assis Chateaubriand. Encerrou suas atividades em 01 de fevereiro de 2012, ficando seu acervo sob a guarda da UEPB.

²⁴ ZAIDAN FILHO, Michel. Os “estrangeiros” do campus II. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 11 de outubro de 1984, ano 24.



1.0. UFPB, campus II. In: **Diário da Borborema**, 11 de outubro de 1984.

Essa presença alterou redes de compadrio presentes nos departamentos, bem como redes de sociabilidades e costumes. Lourdes Bandeira, chegada à Paraíba em 1977, participou da estruturação do Grupo Feminista Maria Mulher em João Pessoa e nos diz: “Nós, os ‘de fora’, isto é, os *outsiders* no dizer de Norbert Elias, rompemos, em boa medida, com os padrões hierárquicos de relacionamentos estabelecidos pela elite acadêmica dentro e fora da Universidade” (BANDEIRA, 2006, p. 221). Assim, novos hábitos foram instaurados, novas formas de se relacionar, ensinar e viver. Além disso, Bandeira nos fala de sua percepção pessoal acerca dos papéis impostos pelo sexual dentro das universidades paraibanas. Esse mesmo sexismo foi o contestado por ela e por outras através dos grupos.

Houve muitas resistências à criação destes, e em especial o Grupo Maria Mulher, seja pelas temáticas viabilizadas ou pelas ações militantes propostas. Oficializado, inseriu muitas das questões regionais relativas à mulher dentro do debate político, associando-as à questão da terra, do trabalho e da violência. Vale dizer que nesse ínterim, muitos grupos de mulheres já estavam aflorando em todo o Estado. Desde o brejo até o sertão e do agreste ao litoral, já mostravam um lado politizado e contestador.

Um estudo da Cunhã Coletivo Feminista registrado em *Grupos de Mulheres na Paraíba: retalhos de uma história*, traça uma verdadeira linha do tempo da formação de

grupos de mulheres no Estado. Vale destacar que vários grupos e comissões se estruturaram entre os anos de 80 e 90, dentre os quais podemos citar os grupos partidários, sindicais, núcleos de estudos nas universidades e associações de bairros. No Brejo do Estado já eram grandes as participações de figuras como Margarida Maria Alves (das quais a historiografia dá maior ênfase) e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras, fundado em 1982. No sertão, mulheres da comunidade, professoras e jornalistas fundaram em 1983, o Grupo Sertão Mulher que em meados da década de 90 tornou-se o Núcleo de Estudos da Mulher Sertaneja (UFPB, campus Cajazeiras). A nível de organização partidária, a CUT fundou em 1989 a Comissão Estadual da Mulher Trabalhadora, que contribuiu para que o sindicalismo deixasse de ser um espaço exclusivamente masculino. Nas universidades, houve a emergência dos núcleos de estudos abordando questões relativas à mulher e posteriormente, às relações de gênero. Pode-se citar a criação do grupo de trabalho *Sexo e relações de gênero* a esse momento, no NDHIR/UFPB.

Dessa forma, percebemos uma cartografia de lutas de mulheres no Estado que vão estar ligadas diretamente aos grupos feministas. Estes que se ligavam desde questões mais específicas relacionadas ao corpo, à sexualidade bem como o combate à violência doméstica. Esses grupos estavam em correlação, não podendo ser estudados em separado. Muitos destes permanecem até hoje travando diferentes diálogos e articulações. Somados a esses aparecem muitos outros nos anos 1990 e 2000, como em uma verdadeira explosão.

Em Campina nos anos 80, além da abertura trazida pelos professores de fora para uma dimensão de lutas, associações de bairros, de mães e domésticas já faziam criar uma ebulição de reivindicação por direitos. Havia então, um clima propício à visibilidade que passa a ser dada à mulher e às suas questões. No ano de 1984, por exemplo, a cidade já sediava o III Congresso Nacional da Mulher Urbanitária. Embora não dimensionado à mulher das classes baixas, periféricas, esse seminário trouxe discussões do âmbito dos direitos trabalhistas e da saúde da mulher, a partir de conexões com grupos como o SOS Corpo, de Recife. Assim, o *Correio da Paraíba*²⁵ a 01 de junho de 1984, apresenta o seguinte informativo:

²⁵ De circulação diária, o Correio da Paraíba funciona desde o ano de 1953. Atualmente pertence ao Sistema Correio de Comunicação.

Direitos trabalhistas e civil da Mulher Brasileira. Saúde e educação da Mulher e da família. Política Econômica e Redemocratização do país e o papel da mulher, são os temas a serem debatidos nos próximos dias 22, 23 e 24 deste mês, quando estará sendo realizado o IIIº Encontro Nacional da Mulher Urbanitária. O evento está sendo promovido em Campina Grande pelo sindicato dos trabalhadores nas indústrias urbanitárias, com apoio da Secretaria do trabalho do município²⁶ (*sic*).

A realização do evento, então, representou muito em termos de projeção nacional e de visibilidade de uma “questão da mulher” a ponto dela ter sido trazida em uma programação que contou com participações nacionais e com a conexão entre várias entidades. Desse modo, havia um clima propício à organização de mulheres em grupos feministas de forma mais sistematizada. Foi quando surgiram dois grupos feministas na cidade: o Grupo de Mulheres de Campina Grande e o Grupo Raízes.

2.2. O feminismo campinense entre a história e a memória

Lembrar é um exercício complexo que se liga a esquecimentos e lembranças. “Ato de intervenção no caos de imagens guardadas” (MALUF apud LACERDA, 2000), faz mesclar memória social e coletiva, experiência e narração. Para Maurice Halbwachs (2000), o movimento de recorrer à memória é sempre uma tentativa de reconstrução do passado a partir da inteligência individual e social. Portanto, não lembramos individualmente, mas a partir do coletivo. Nesse sentido, o elemento socializador da memória seria a linguagem que possibilita relações com o mundo, a comunicação e subjetivação de experiências.

Conforme comenta Jacy Seixas (2004), “a memória introduz o passado no presente sem modificá-lo, mas necessariamente atualizando-o; é preciso considerar atentamente que o passado é por via de regra plural, um pulsar de descontinuidade” (p. 50). Entendendo isso, apontamos a memória como uma fonte ímpar que nos permitiu problematizar o feminismo na cidade de Campina Grande-PB.

Como mencionamos acima, Campina Grande no início da década de 80, recebeu grandes levas de professores de fora, dentre os quais estavam Paola Cappellin Giuliani e Ângela Maria de Arruda. Com mestrado em Psicologia Social pela Ecolé des Hautes Études en Sciences Sociales (França), Ângela Arruda chegava de Paris afetada pelas

²⁶ Mulheres promovem encontro durante três dias em Campina. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 01 de junho de 1984.

experiências do Grupo Latino-Americano de Mulheres e passou a lecionar na UFPB e URNE, nos períodos de 1982 a 1994 e 1982 a 1985, respectivamente. Graduada em Sociologia pela Libera Università Degli Studi Di Trento, na Itália, Paola Cappellin realizou seu mestrado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, chegando à Paraíba em 1978. Essas mulheres foram responsáveis por fundar o Grupo de Mulheres de Campina Grande, cuja articulação se deu em 1982.

Encontrando um ambiente propício a colocar em pauta as experiências adquiridas em parte no exílio ou na chegada ao país com o contato com um regime ditatorial, essas mulheres se articularam dentro das universidades de Campina Grande, conseguindo contar com o apoio também de uma outra professora: Maria do Socorro Pereira. Esta, paraibana e campinense, se articulou em conjunto com as “de fora” e atuaram a nível de UFPB, URNE e frente à periferia da cidade. Dentro da Academia, o locus de atuação dessas mulheres girava em torno do curso de Psicologia da URNE e do Mestrado em Sociologia Rural da UFPB. Como fala-nos BARBOSA et al. (2001), esse grupo atuou através de oficinas de reflexão e autoconsciência, discutindo temáticas específicas da mulher. Foi responsável por disseminar o feminismo na universidade e na cidade e investiu na formação de novos quadros feministas, trabalhando para isso, sobretudo com estudantes universitárias. Logo, a atuação do Grupo de Mulheres de Campina Grande não se restringia, então ao âmbito da universidade. Essas mulheres trabalharam com assessoria a grupos de mulheres do meio popular, sindicalistas do Brejo, associações de empregadas domésticas e também clubes de mães.

O Grupo Raízes, por sua vez, nasceu do desdobramento das atividades do Grupo de Mulheres de Campina Grande. Criado em 1984, por alunas de Psicologia da URNE, teve como mentora a professora Ângela Arruda. Com relação à influência dela e das demais integrantes do Grupo de Mulheres, Vilma Maria Vaz diz:

Eu lembro que quando eu cheguei em Campina Grande era uma ingenuidade, uma pureza, umas roupinhas fechadinhas, muito quietinha, porém a Psicologia que eu estava estudando que diz respeito a comportamento humano, vai fazendo a gente se deparar com uma realidade que é diferente da que a gente vive, vivência. Aí eu me deparo com essa professora Ângela Arruda (...), e essa mulher teve uma influência muito grande nas nossas vidas e trouxe uma influência muito grande para o feminismo da Paraíba. Eu digo da Paraíba porque ela não se limitou somente a Campina Grande, também fazia esse grupo, o Grupo de Mulheres de Campina Grande, do qual ela fazia parte, prestou assessoria a Penha, à essas mulheres lá do lado do Brejo, às domésticas de lá, elas fizeram muita assessoria a

essas mulheres. Uma inclusive chamada Paola que era uma das cabeças desse grupo de mulheres de Campina Grande e aí elas ajudaram à essa associação de empregadas domésticas a se constituírem enquanto associação, lutar pelos direitos delas, com assessoria dessas professoras, a Ângela, Socorro e a Paola. E aí a gente surge dentro da universidade, eu, Gilberta, Soraia... (VILMA VAZ, 2014).

Assim, atrelado ao grupo de mulheres mais históricas, foi criado o Raízes. Esse grupo teve uma grande participação no meio popular da cidade, realizando oficinas, seminários e conscientizando as mulheres para sua condição de protagonistas. Além disso, desenvolveram projetos de alfabetização pelo método Paulo Freire e atuou na formação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, da cidade.

Inicialmente formado para compor uma chapa do Centro Acadêmico de Psicologia da URNE, o Raízes se estruturou enquanto grupo feminista muito a partir dos ensinamentos de suas mentoras. Constituído por Vilma Maria Vaz, Soraia Jordão e Gilberta Soares, incorporou outras mulheres ao longo de sua trajetória. Dissolveu-se em 1992 por mudança de suas integrantes para a capital, quando lá constituíram outros grupos feministas a exemplo da Cunhã Coletivo Feminista, ONG fundada em 1990, e prestaram assessoria ao Centro da Mulher 8 de Março. Além dessas integrantes, o grupo agregou outras mulheres como Margareth Rose Souza e Marília Lacerda, esta já falecida.

Entrevistamos Soraia Jordão e Vilma Vaz e elas nos contam com muita satisfação e nostalgia, como foram os primeiros passos do grupo. Ambas relatam que desde muito cedo já eram bastante críticas com relação às regras sociais impostas à mulher. Questões envoltas aos seus corpos, virgindade e até o ato de cortar o cabelo já vinham sendo bastante criticadas por elas. Vilma, por exemplo, relata que aos sete anos de idade já cortou o cabelo de uma forma muito radical, curtinho e que esse já era um passo feminista em busca de sua autonomia. O cortar o cabelo é uma representação bem significativa na medida em que este é símbolo visível de feminilidade (PERROT, 2012) e representou um verdadeiro corte com o lugar de passividade que ameaçava sua autonomia já desde tão jovem. Assim, o cortar o cabelo representou a ruptura, o deslocamento para uma vida libertária e plena.

A atuação de Ângela Arruda foi primordial para a formação do Raízes. Podemos dizer que ele nasce diretamente da disciplina de Psicologia Social ministrada por ela. Alunas da disciplina, Soraia, Vilma e Gilberta se mostraram admiradas pelas

metodologias utilizadas nas aulas e pelo modo como estas seguiam. Soraia Jordão lembra:

A primeira aula de Ângela Arruda, nunca vou esquecer, foi uma técnica que a gente usa até hoje às vezes, em metodologias feministas, que era o “quem sou eu?”. (...) A gente vinha questionando muito a educação bancária. Paulo Freire, Moacir Gadotti... A gente estava muito nesse mundo quando entrou na Psicologia e Ângela veio com essa metodologia mesmo, com a prática, que faz a gente refletir mesmo, sobre a sua subjetividade, sobre quem é você diante desse mundo (...). Aí a gente começou a identificar de que a questão da outra era muito a minha questão, o quem sou eu da outra tinha muito a ver com o quem sou. E isso foi refletindo e tal e foi bem interessante. A partir daí a gente não parou (SORAIA JORDÃO, 2014).

Mencionando essas metodologias ainda hoje utilizadas por elas²⁷, percebeu-se a dimensão do pessoal como sendo político. Houve “a constatação de que os problemas que as mulheres vivenciam como indivíduos, no seu cotidiano, têm raízes sociais e requerem, portanto, soluções coletivas” (COSTA, 2010, p. 175-176). Nesse sentido, o poder era entendido como uma malha que atravessa o social. O filósofo Michel Foucault entende esse poder como sendo capilar, microscópico. Sendo prática, atravessa corpos, estando para além de uma sinonímia poder/aparelho do Estado. Pulverizado no social, “é algo que se exerce, que se efetua, que funciona” (FOUCAULT, 2014, p. 17). Assim, sob o lema “o pessoal é político” essas mulheres já atentavam para essa dimensão e seguiram propondo novos deslocamentos e novas subjetividades.

Como nos traz Margareth Rago (2013), com práticas concretas e seu modo de pensar feministas, essas mulheres propuseram novos modos de viver o social, produzindo rupturas e deslocamentos no que tange à sexualidade, à família, à corporeidade. Com certeza contribuíram para a construção de um pensamento crítico. Nesse limiar, essas mulheres (trans)formaram suas vidas sob um projeto feminista de ser, estar e colaborar com a emancipação de outras mulheres e de seus mundos. Nesse sentido, instauraram suas vidas como verdadeiras obras de arte e formas experimentais de relação consigo e com o derredor (FOUCAULT apud RAGO, 2013). Logo, através de subjetividades, essas mulheres dimensionaram um feminismo de dentro para fora e de fora para dentro na medida em que foi influenciado pelas feministas mais históricas

²⁷ Soraia Jordão fala, por exemplo, que a Cunhã Coletivo Feminista trabalha com dinâmicas de grupo utilizando essa metodologia.

citadas no texto. Veremos agora como esses grupos, e em especial o Raízes, se organizaram, trilhando novos caminhos para a condição da mulher e para suas lutas.

CAPÍTULO III

PARA ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE: ENTRE ESPAÇOS, PROJETOS E (TRANS)FORMAÇÕES

“Foi no ativismo que eu aprendi a não ter medo. Foi lá que eu aprendi que medo engole a gente.”
(Vilma Vaz)

“O pessoal é político”. Foi esse o lema que moveu a formação dos grupos feministas em Campina Grande-PB na década de 80 bem como a segunda onda do chamado feminismo internacional. Como então, esses grupos se organizaram? Quais metodologias utilizavam? Que projetos desenvolviam? Foram eles responsáveis por alterar comportamentos? Veremos que esse histórico de lutas ultrapassava a fronteira do público/privado e atravessava vidas. Subjetividades foram afetadas nesse(s) movimento(s) e saíram marcadas a ponto de muitas dessas mulheres-militantes ainda hoje estarem imersas em projetos e trabalhos que dialogam com a busca por uma igualdade de gênero e mais, pela consolidação de conquistas já obtidas até agora.

“No ativismo eu aprendi a não ter medo”. Com essa assertiva, Vilma Vaz elucida as contribuições de uma trajetória marcada pela militância. Ela e Soraia, entrevistadas por nós, deixam escapar marcas de alegria ao falarem sobre suas vidas que não se desprendem do falar sobre o movimento feminista. No feminismo, afirmam que tiveram (e têm) uma vida feliz, marcada pela busca de suas autonomias, construíram amizades e laços ainda hoje difíceis de serem desatados. “A gente era ousada e eu desenvolvi o não ter medo de muita coisa”, diz Soraia Jordão.

É unânime! O feminismo permitiu a essas mulheres aquilo que entre os gregos era a *parrhesia*²⁸, o falar a verdade sobre a própria vida, o dizer a verdade sem medo. Conseguiram então, afirmar um lugar no mundo a partir de ações e pensamentos instrumentalizados na vida. Vejamos então a trajetória desses grupos, dessas mulheres, suas ações e contribuições.

3.1. “Acorda, Raimundo... Acorda!”: articulação nacional e projetos

²⁸ Michel Foucault (2011), diz que entre os gregos, a *parrehsia* constituía o dizer a verdade francamente, era o contrário da retórica ou da lisonja e comportava riscos para quem a anunciava. Exercer a *parrehsia* era ter coragem, era correr riscos.

Em 1986, o Grupo Raízes e o Grupo de Mulheres de Campina Grande já se organizavam para ir ao 7º Encontro Nacional Feminista realizado em Petrópolis, RJ. Como nos disse Soraia: “Do primeiro encontro feminista não tem volta!”. Estava lançada a consolidação dos grupos, o feminismo ficara “no sangue”. Logo, percebemos o espírito de euforia que marcou o movimento feminista naquele momento. Os encontros foram responsáveis por imprimir subjetividades que foram por sua vez, reapropriadas pelos diferentes grupos a partir de seus diferentes enfoques. Vemos, então que não se criaram subjetividades homogêneas. Essa participação elucidada a projeção nacional dos grupos feministas de Campina Grande nesse período, que além de ter sido encabeçado por feministas de várias partes do país e fora dele, também se articulavam com outros grupos, a exemplo do SOS Corpo²⁹. Esse grupo mantinha constante diálogo com o Raízes e foi responsável por realizar capacitações e divulgar materiais com suas integrantes.

Vera Soares (1998), cita que a organização em coletivos voltados para ações relacionados ao corpo, à saúde e à sexualidade feminina emergiu na década de 80 e muitos desses grupos e serviços permanecem até hoje. Sem dúvidas, foram responsáveis por dar projeção às lutas feministas e à condição da mulher, durante tanto tempo ausentes do social. Esses grupos então, foram criando redes de diálogos, influências e de formação. As integrantes do Grupo Raízes, por exemplo, fizeram várias capacitações e oficinas com o SOS Corpo que foi responsável por passar para elas conhecimentos e metodologias que seriam utilizadas em Campina Grande, nos bairros ou na própria universidade, berço de formação do Raízes. Fora criada, portanto, uma rede de influências e de organização. Vilma Vaz diz:

O material de todos os grupos nós tínhamos acesso. O SOS Corpo foi uma organização que sempre nos alimentou muito, que sempre nos capacitou muito. Sempre que nós fazíamos seminários, nós podíamos contar com elas, para compor mesa e tal. Católicas pelo direito de decidir, nós também pudemos contar muito com elas, com a Ivone Gebara que é uma teóloga feminista, que foi excomungada pela Igreja Católica e ela tem muitos livros escritos, então a gente passou a ter acesso a todas às ONG's do Brasil inteiro (VILMA VAZ, 2014).

²⁹ O SOS Corpo surgiu em 1981, em Recife a partir da dissolução do grupo Ação Mulher. Com o enfoque em corpo e saúde da mulher, exerceu bastante influência sobre os grupos de Campina Grande. A partir de 2000 se constituiu enquanto Instituto Feminista para a Democracia e ainda mantém largos diálogos com grupos da Paraíba, como a Cunha Coletivo Feminista, de João Pessoa.

O contato com organizações de fora do Estado a partir de capacitações ou de encontros fez o grupo estar a par do que acontecia nacionalmente no âmbito das lutas, mantendo-o atualizado em termos de discussões e também de materiais. Haja vista que a estrutura do Raízes ainda era muito frágil pois recém-formado, grupos como o SOS Corpo foram responsáveis por ceder materiais de divulgação e formação que eram distribuídos nas oficinas realizadas. Entre esses materiais estavam panfletos, folders, vetês e textos. Dentre esses vetês estava *Acorda, Raimundo... Acorda!*³⁰, vídeo ainda bastante atual para a discussão sobre identidades de gênero e que permitia refletir sobre a violência cotidiana sofrida pelas mulheres. Vídeos como este, eram vistos e discutidos em rodas de conversa, permitindo a reflexão sobre temas como violência contra a mulher, aborto, sexualidade, dentre outros.

Além da dimensão de formação a partir dos chamados grupos de reflexão, essas participações foram responsáveis por integrar essas mulheres, instituindo o laço da amizade. Vilma Vaz, Soraia Jordão e Gilberta Soares se integraram via Raízes e até hoje mantém fortes ligações entre si e com o movimento feminista.

Assim, o principal meio de veiculação do feminismo eram as oficinas, os grupos de reflexão, que priorizavam a dimensão das trocas e do compartilhamento de experiências. Realizadas então entre as próprias integrantes ou com mulheres de fora, o grupo crescia, já conseguindo se estruturar e arranjar financiamento para pequenos projetos. Vilma Vaz conta que a partir da articulação do Grupo de Mulheres de Campina Grande, constituído por professoras, com a Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE, vinculada à Igreja, um projeto de alfabetização pelo método Paulo Freire pôde ser desenvolvido na comunidade Álvaro Gaudêncio, hoje bairro das Malvinas. O projeto intitulou-se “Alfabetização para a saúde das mulheres”.

Vale destacar que no início da década de 80, a comunidade passava por um processo de estruturação e pelos episódios de “invasão”. Casas construídas pela CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular) não apresentavam condições de serem entregues aos servidores devidamente cadastrados, por falta de infraestrutura. Então, a 23 de março de 1983, pessoas não cadastradas ocuparam as casas sob argumento de que estas haviam sido abandonadas. Foi um processo longo até à estabilização dos conflitos.

³⁰ Curta-metragem dirigido por Alfredo Alves (1990), tem duração de 16 minutos e aborda um dia ao “contrário” para Raimundo (Paulo Betti) e sua esposa Marta (Eliane Giardini), que vivem um dia de inversão dos “papéis de gênero”. Raimundo vive grávido, oprimido e violentado psicologicamente por sua mulher. Apresenta a realidade cotidiana de forma invertida entre os sexos. Para os homens, a situação é apresentada como um verdadeiro pesadelo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=HvQaqcYQyxU>.

Vilma Vaz que morava em uma região próxima e trabalhava em um posto de saúde do bairro, já estava à frente de grupos de mulheres na comunidade que reivindicavam melhores condições de saúde e moradia. Assim, o Grupo Raízes estava ligado a esse processo de lutas mesmo que de forma indireta. Antes disso, contudo, todas as integrantes já adentravam a periferia a partir das observações de campo propostas por Ângela Arruda na disciplina de Psicologia Social. Dessa forma, essas meninas-mulheres-militantes já rompiam com as discussões da sala de aula, saltando para além dos muros da universidade.

Nessas observações e pesquisas nas periferias, puderam conhecer o universo das mulheres comuns, das mulheres que abortavam, que eram violentadas, que viviam à margem. E nesse ínterim, o Grupo Raízes também participou do movimento de ocupação do bairro, junto com essas mulheres. Aqui, se percebe uma aproximação dos grupos feministas na década de 80 com grupos de mulheres que lutavam por causas mais gerais, como o acesso à moradia, à saúde e a creches. Desse modo, essa atuação fez se estabelecer uma relação estrita entre os grupos feministas e as comunidades, permitindo uma interferência no social, fazendo emergir reelaborações das questões de gênero na cidade, sendo práticas dimensionadas também a nível nacional.

Essa era uma aproximação que se manifestava em todo o país. O número 21 do jornal paulista *Mulherio* já se ocupava a trazer essa dimensão de lutas, como analisamos abaixo:



2.0. Capa do jornal **Mulherio**, n. 21, ano V.

O direito a ser dona do próprio corpo, o direito a creches, a luta contra a carestia, eram pontos de reivindicação que moviam essas mulheres a levantar suas bandeiras. Essas manifestações estavam presentes em todo o país e informações sobre elas circulavam através de periódicos como *Mulherio* e outros. Logo, essas aproximações trouxeram muitos ganhos ao movimento feminista e muito mais ao feminismo campinense, então em estruturação. Ainda Vilma Vaz, assim diz:

A gente participou daquela luta de ocupação, botava para dentro, botava para fora, saía na rua com as panelas, reivindicava creche, escola e a gente acabou naquele momento, o movimento da gente sendo muito fortalecido, muito visibilizado, que a gente conseguia creche, conseguia a sede para botar a creche, tudo que a gente ia para a rua e lutava, a gente conseguia (VILMA VAZ, 2014).

Além dessas lutas, o grupo Raízes em articulação com o Grupo de Mulheres de Campina Grande, organizou seminários educativos visando conscientizar as mulheres para temas como planejamento familiar e fitoterapia. Dentro das abordagens sobre planejamento familiar, eram enfocados temas como direitos sexuais e reprodutivos. Este que segundo Ângela Arruda (2012), voltou-se contra políticas demográficas destinadas

a controlar a natalidade entre os mais pobres, que significou investir contra a condição reprodutora e a possibilidade de escolha das mulheres, o direito de serem donas de seus próprios corpos. Assim, mesmo com um pequeno fundo financeiro, o Raízes realizava seminários em articulação com os postos de saúde, conscientizando as mulheres da existência de métodos contraceptivos e da possibilidade de tratamento de doenças pela via das ervas medicinais.

Pela dificuldade em adquirir fundos, o grupo se articulava como podia. Improvisar materiais e elaborar hortas nos fundos de quintais das mulheres eram algumas estratégias. Vilma Vaz nos conta que no trabalho nas oficinas, elas próprias aprenderam a fazer massinha de modelar que eram utilizadas nas rodas de conversa. Em um primeiro momento, faziam trabalhos artísticos, abrindo espaço para as mulheres falarem de si mesmas, em uma troca conjunta.

Esses grupos entendiam então a sexualidade como a porta de entrada da opressão (ARRUDA, 2012) e, portanto, articulavam na teoria e na prática formas muito mais abertas de se relacionar consigo e com o outro. A sexualidade passava pela questão da autonomia e pelo autoconhecimento. Soraia Jordão comenta acerca da realização de exames de colo de útero coletivos realizados por elas, sob inspiração do lema: “Meu corpo me pertence”. Lema, inclusive, que dimensionava a vida pessoal e coletiva dessas mulheres e que estavam presentes até em camisetas confeccionadas por elas.

Nesse campo de lutas ainda, o Grupo de Mulheres de Campina Grande e o Grupo Raízes tiveram ampla participação na criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), em 1986, sendo o primeiro da Paraíba. Foi organizado pelo movimento feminista em articulação com o Conselho Municipal de Saúde, sendo os grupos responsáveis por trabalhar a ideia democraticamente com mulheres dos bairros (Malvinas e Pedregal), associações e clubes de mães. O Raízes então começava a trabalhar com políticas de intervenção junto à comunidade, ganhando espaço dentro da Secretaria de Saúde e também da Maternidade Elpídio de Almeida³¹. Nesse contexto, estavam acontecendo também, as discussões sobre a implantação das delegacias da mulher bem como do PAISMC. Vilma Vaz, por exemplo, já participava da Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher, realizada no mesmo ano, em Brasília.

³¹ Vilma Vaz menciona parcerias travadas com o Núcleo de Saúde de Campina Grande mesmo antes de constituir os conselhos municipais, a partir de negociações com Dionéia Garcia de Medeiros. Na maternidade Elpídio de Almeida, contaram com o apoio da ginecologista Helenita Afonso Vigolvino, professora da então UFPB.

O PAISMC foi criado em 1984, numa onda de políticas públicas que emergiram a partir de lutas feministas pelo reconhecimento da saúde da mulher e de suas demandas (BARSTED, 1994). Contudo, apesar da visibilidade dada à questão da mulher, o programa não era totalmente eficaz e as feministas lutaram para o desmembramento mulher/criança, que só foi realizado em 1991. Sem esse desmembramento, as mulheres não passavam de “vacas leiteiras”, nos dizeres de Vilma Vaz, cuja função era apenas procriar, cuidar de seus rebentos.

Esse programa, contudo, foi matiz de discrepâncias entre as feministas. Uma matéria no jornal *Mulherio* traz diferentes visões dos grupos. Intitulada *Contraceção: o drama nosso de cada dia*³², elucida o que para boa parte das mulheres, era visto enquanto um controle do Estado sobre os corpos femininos. Contudo, para algumas feministas como a médica Maria José Araújo que clinicava em Grajaú, distrito de São Paulo e que fora entrevistada pelo jornal, o programa era útil desde que fossem feitas oficinas conscientizadoras. A opinião da médica se aproximou muito do posicionamento dos grupos feministas de Campina Grande, que atuavam discutindo corpo, sexualidade e métodos contraceptivos já antes da implantação oficial desse programa.

Vale dizer que além de atuações voltadas à questão da saúde, o feminismo de Campina Grande na década de 80 também atuava prestando assessoria ao Movimento de Trabalhadoras Rurais no Brejo do Estado e organizando as trabalhadoras domésticas em torno de lutas pela carteira assinada, reconhecimento profissional e combate à discriminação.

3.2. “Éramos modernas, nunca fomos meninas caretas”

Michel de Certeau (2002) evidencia a dimensão astuciosa do que ele chama de homem comum. Para o autor, este elabora seu cotidiano a partir de técnicas de apropriação e reapropriação, por uma série de microrresistências. Esse homem ordinário, o herói comum não seria passivo, visto inventar seu cotidiano, ser fabricante deste. Usando a metáfora da *sucata*³³, evidencia as maneiras de utilizar uma dada ordem, sistemas impostos que são por sua vez, elaborados a partir de estratégias e táticas. Nesse sentido, esse homem que é consumidor e não usuário passivo, é criador,

³² LEON, Ethel. Contraceção: o drama nosso de cada dia. *Mulherio*, ano IV, n. 17, jul. a dez. de 1984.

³³ Entendida por Certeau como um espaço de práticas “enunciativas”, a sucata é o espaço inventado a partir de táticas cotidianas, é uma prática de dissimulação. Cf. CERTEAU, 2002.

estando em constante re-fabricação. Nessa perspectiva, podemos afirmar que as mulheres-militantes estavam em fluxo. Elas inventaram seu cotidiano a partir de maneiras de viver que davam sentido às suas vidas, seja na teoria ou na prática. Estamos falando da década de 80 e códigos transgressores de uma dada ordem “machista” e “patriarcal”. Longe de serem passivas e obedientes, se afastaram do lugar de mulher construído para as tais. Elaboraram trajetórias outras, portanto.

No que tange à formação acadêmica e da militância, além do trabalho nas oficinas, Vilma, Soraia, Gilberta e outras integrantes do Grupo Raízes bem como do Grupo de Mulheres de Campina Grande liam desde Simone de Beauvoir à Moacir Gadotti, de textos sobre a condição da mulher a críticas à educação bancária. As do Grupo de Mulheres eram elas próprias autoras de textos reflexivos sobre a condição da mulher e sobre o movimento³⁴. Com ar de satisfação, Vilma Vaz menciona que em 1987 elas já tinham tido contato com as discussões trazidas por Joan Scott no texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, discutido no capítulo 1 deste trabalho. Vale dizer que esse texto foi publicado originalmente em 1986. Logo, estavam bem atualizadas com relação às últimas discussões que envolviam o seu saber-fazer cotidiano. Vilma ainda aponta a necessidade de estar sempre se reciclando e em contato com uma literatura sobre o assunto. Com relação às leituras-formadoras Soraia Jordão menciona as leituras do clássico *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir, Malu Heilborn, Betânia Ávila. Vilma complementa citando livros de Rose Marie Muraro, Marilena Chauí, Michel Foucault, Sigmund Freud. Essas leituras possibilitaram reflexões sobre o ser mulher, sobre a dimensão histórica dessa construção.

Se (re)apropriando dessas leituras, discussões e aprendizagens trazidas em parte pelos círculos de conversa das capacitações e intervenções, essas mulheres foram se construindo e sendo “mal vistas” por setores do social. Era de se esperar visto contestarem uma série de lugares pré-fixados para suas atuações. Criaram então suas próprias maquinarias de verdade³⁵. Com relação à construção da imagem da feminista “mal amada”, “mal vista”, Costa e Sandenberg (2008) dizem:

A ideologia dominante – capitalista, patriarcal – nos quer fazer crer que a feminilidade é algo natural, determinado pela biologia dos

³⁴ Em João Pessoa, por exemplo, Eleonora Menicucci, do Grupo Maria Mulher defendia em 1983 sua dissertação de título: *Movimento feminista: o reinventar da educação*, através do Mestrado em Ciências Sociais da UFPB.

³⁵ Cf. FOUCAULT, 2014.

sexos. Que as relações familiares são naturais, enquanto que as que têm lugar na esfera pública são sociais. As mulheres que não se conformavam com isso, eram então, vistas como desajustadas, desviantes, “sapatona”, mulher macho, mal amada. Para as feministas, esses “mal-ajustes”, e as dificuldades que as mulheres encontram na sua vida pessoal – familiar, afetiva, “privada” não são puramente pessoais, pois são compartilhadas pelas outras mulheres. A suposta naturalidade da vida privada é estruturada pelas relações sociais, tanto fora quanto dentro de casa (COSTA; SANDENBERG, 2008, p. 30-31).

Assim, a imagem da feminista mal vista tinha explicação na medida em que eram elas, as feministas, que estavam rompendo com um lugar socialmente construído: o de dona de casa, mãe, esposa. Pondo essas construções em xeque visto duvidarem da naturalização desses papéis, essas mulheres transgrediram, e transgredindo instituíram seu (não) lugar, elaboraram suas trajetórias de um modo libertário e mais feliz. Com relação a essa imagem, Soraia comenta com um ar risonho e impetuoso: “A gente era bem mal vista... Mas era bom que fosse (risos)”. Tal colocação nos desloca a pensar justamente o papel subversivo assumido por essas rebeldes-meninas. Com isso, foram construindo seus (não) lugares no mundo, alterando lógicas e outras “artes do fazer” e do dizer. Essas subjetivações tinham, portanto, uma função etopoética: estabelecer união entre *ethos* e *logos*, criando uma relação de retidão entre pensamento e ação, instrumentalizando-os na vida (FOUCAULT apud IONTA, 2013).

Essas mulheres foram ocupando espaços então restritos a homens, a exemplo de bares noturnos na cidade de Campina Grande. Tanto Vilma como Soraia mencionam que a fundação do Raízes, em 1984, deu-se em uma mesa de bar “lá na rua Treze de Maio, lembro como hoje” (SORAIA JORDÃO, 2014), logo após a perda da eleição para o CA de Psicologia. Esses espaços eram frequentados por elas e por muitos jovens universitários da cidade. Informais, eram espaços que permitiam o debate de ideias e a socialização com outros grupos, feministas ou não. Logo, entendendo com Certeau (2002) que o espaço é um lugar praticado, vemos a incorporação de novas posturas e costumes para o feminino no âmbito da cidade.

As integrantes do Raízes se encontravam então nesses espaços, além da universidade e dos postos de saúde e associações, lócus de seus trabalhos. Eram esses então, espaços de articulação do feminismo campinense, visto que os encontros nesses locais contavam com a presença das integrantes de ambos os grupos, Raízes e Grupo de Mulheres de Campina Grande, este representado pelas professoras. Gisélia Potengy

(2007) lembra que a aproximação professor/aluno chegava a ser uma “marca” de Campina Grande visto frequentarem espaços outros e se relacionarem para além da sala de aula.

Dentro da Academia, Soraia lembra do uso de salas da Antiga Faculdade de Administração da UEPB para a realização de encontros e oficinas. Para fora desses muros, além dos bares e restaurantes, reuniões nas casas umas das outras eram bastante recorrentes, principalmente na casa de Vilma visto ser a única delas que já morava sozinha, sem a presença dos pais.



3.0. Foto da Antiga Faculdade de Administração da UEPB, localizada na Avenida Getúlio Vargas, local utilizado pelo Grupo Raízes para a realização de reuniões e oficinas. Acervo da autora.

O Grupo Raízes também teve uma grande atuação junto ao movimento cultural da cidade. Realizou festas visando arrecadar fundos para a realização de seus projetos. Além disso, realizou exposição de fotos sobre a figura da bruxa no imaginário popular, disseminando a biografia da paraibana Branca Dias³⁶ e produziu um filme sobre mortalidade materna.

³⁶ Branca Dias foi uma cristã-nova, processada pelo Santo Ofício sob a acusação de praticar secretamente o judaísmo. Com uma história cheia de nuances, foi uma das primeiras senhoras de engenho do Brasil colônia.

Éramos ousadas, nunca fomos meninas quietinhas. A gente era um grupo que gostava de cultura. Éramos muito de fazer festa, éramos modernas, nunca fomos meninas caretas. Pegávamos muita carona, a gente era bem danadinha (risos). Éramos corajosas, inclusive, para entrar dentro do feminismo (SORAIA JORDÃO, 2014).

Assim, percebemos um cenário de muita atuação dessas jovens mulheres dentro do movimento cultural, estudantil e político de Campina Grande entre os anos de 1980 e 1990. Percebendo esse cenário de participação juvenil, um artigo que faz parte da edição comemorativa dos 120 anos de Campina Grande no *Diário da Borborema*, traz um panorama da cultura direcionada aos jovens na cidade.

É nítido afirmar que, no seio da juventude local a expressão intelectual e cultural geralmente tem origem e parte da comunidade universitária de maneira direta ou indireta (...). Em seu estágio atual de desenvolvimento, a cidade ainda não atenta aos jovens intelectuais condições para que sejam empreendedores e aprendizes no fazer cultural (...). Além do mais, os poucos esforços desprendidos por jovens, na maioria das vezes de forma solitária, para desenvolver suas habilidades intelectuais, esbarram frontalmente no campo das tradições locais³⁷.

Dessa forma, percebemos que apesar das dificuldades de se inserir culturalmente na cidade, as feministas se articulavam de forma positiva driblando dificuldades e se projetando em um cenário de atuações políticas e artísticas. Logo, iam configurando um lugar de quebra de convenções e lugares fixos, tornando-os muito mais fluidos e leves.

Leveza também que foi registrada na vida dessas mulheres através de afetações do movimento feminista. Soraia diz ser difícil falar de sua vida sem remeter ao feminismo, ele que lhe ajudou a crescer como mulher, a sua sexualidade, o discutir, o se trabalhar. Vilma, fala do favorecimento para reconhecer-se enquanto dona de si mesma, enquanto responsável por sua própria sobrevivência, por seu amor próprio. A dimensão do medo foi superada no e com o feminismo. Assim, essas meninas-mulheres descobriram o lugar de suas autonomias, cresceram e deixaram suas marcas na história do feminismo em Campina Grande.

³⁷ MACHADO, Fábio Ribeiro. Os jovens e a cultura em Campina Grande. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 11 de outubro de 1984, ano 24.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Reticências não
Frase que é frase termina com um ponto
No máximo...
(Alice Ruiz)*

Fazendo um percurso por uma historiografia das mulheres e do movimento social feminismo no Brasil, caminhamos por uma contextualização necessária que nos permitiu entender a emergência de dois grupos feministas na cidade de Campina Grande-PB na década de 1980: o Grupo de Mulheres de Campina Grande e o Grupo Raízes. Mapeamos seus campos de atuação, os lugares praticados, as trajetórias de suas integrantes, percebendo uma atuação prática que dialogou com o feminismo nacional e internacional.

Nosso estudo girou em torno do recorte temporal que compreendeu os anos de 1982 e 1992, dez anos significativos para a história do feminismo campinense, paraibano, brasileiro. Nesse sentido, entendemos esses anos como formadores de uma nova condição da mulher, de novas maneiras de fazer e viver o feminino na cidade. Os grupos feministas dimensionaram atuações práticas que irromperam em ganhos para a sociedade campinense e para o saber-fazer das mulheres sejam elas populares ou acadêmicas, domésticas ou sindicalistas.

Esses grupos nascidos nas universidades, romperam com academicismos e trabalharam nos mais diferentes espaços, dialogando com movimentos de mulheres, associações de bairro, chegando a participar até de processos de ocupação. Vimos que em meio às críticas e visões de uma sociedade ainda bastante conservadora, ser feminista foi um desafio. Foi necessário coragem! Os esforços, contudo, valeram a pena.

Espaços foram abertos nas universidades para a questão da mulher. Em João Pessoa, o NDHIR/UFPB já consolidava suas pesquisas sobre gênero, mulher e trabalho ao mesmo tempo em que no Mestrado de Sociologia Rural em Campina Grande já se registravam muitos estudos que também trabalhavam com essa relação. Ligadas a esse programa, estudiosas como Elisabeth Lobo e outras pesquisadoras de renome nacional já articulavam pesquisas sobre o movimento sindical do Brejo e sobre as Ligas Camponesas. Em uma das viagens de pesquisa, ocorreu lamentavelmente um acidente de carro entre Campina Grande e Alagoa Grande que terminou por fazer vir a óbito

Beth Lobo e Maria da Penha Nascimento, sucessora de Margarida Maria Alves no sindicato rural desta cidade. No mesmo veículo também estava Lourdes Bandeira, que pelo abalo psicológico sofrido acabou por deixar a Paraíba em 1991, seguindo outros rumos.

Nesse período também, muitas outras feministas históricas estavam deixando o Estado. O regime militar acabara e algumas delas já estavam a realizar seus doutoramentos em outras instituições dentro e fora do país. Ao mesmo tempo, as integrantes do Raízes também mudavam de cidade, ocasionado o esfacelamento do grupo. Gilberta Soares e Soraia Jordão se mudaram para João Pessoa ao fim da década de 90, passando a integrar o quadro formador da Cunhã Coletivo Feminista, que surgiu a partir dos grupos de João Pessoa, especialmente o Maria Mulher, em correlação com os grupos feministas de Campina Grande, portanto. A saída dessas integrantes acabou por provocar uma certa ruptura no Raízes que se desintegrava com a mudança de Vilma Vaz também para a capital, em 1992, e que passava a prestar assessoria ao Centro da Mulher 8 de Março, também criado em 1990. A partir daí, os grupos feministas no Estado se proliferaram de forma muito rápida amadurecendo ideias e práticas do feminismo plantado pelo Grupo de Mulheres de Campina Grande, Grupo Raízes e pelo Grupo Feminista Maria Mulher. Em 1995, por exemplo, fora criado o Flor e Flor, órgão vinculado à UEPB e que congrega professoras e alunas do curso de Serviço Social, sendo um espaço ainda hoje primordial no cenário do feminismo e dos movimentos sociais em Campina Grande-PB.

Interessante pois quase todas as mulheres que integraram esses grupos ainda mantêm um vínculo umbilical com o movimento feminista, que hoje passou a integrar várias outras searas como a questão da mulher no feminismo negro. A conexão teoria/prática, *ethos/logos*, acionou assim as estéticas da existência dessas mulheres que se articularam para além de uma relação público/privado e atravessaram temporalidades, se projetando no hoje.

Enfim, foi em meio a lacunas no campo da historiografia, que mergulhamos em arquivos e colocamos nosso gravador a postos para captar experiências narradas de integrantes desses grupos, a saber: Vilma Vaz e Soraia Jordão. A partir das conversas com essas mulheres nos lançamos no desafio de cartografar suas práticas e lutas através do exercício da escrita. Ao mesmo tempo, porém, que assumíamos essa responsabilidade, a pesquisa pareceu fluir e ser encaminhada pelo viés da paixão. E é assim, afetados, apaixonados, que chegamos ao fim desse texto.

Contudo, com muita satisfação digo que ele não se fecha aqui. Tal como um diamante, um texto ganha brilho ao ser melhor lapidado, cuidado. Esse trabalho terá continuidade então no mestrado, cuja aprovação já conquistamos, onde trabalharemos com a história do feminismo na Paraíba. Percebemos a partir dessa pesquisa, que já não daríamos conta de pensar as lutas de mulheres no Estado restritos ao âmbito de uma cidade, tão somente. É dizendo isso que também assumimos as lacunas aqui existentes, incorporando a responsabilidade de revê-las quando da pesquisa da dissertação. Obrigada então por ter chegado até aqui, por ler esse trabalho, ajudando assim, a construir esse texto junto conosco.

FONTES CONSULTADAS

01. FONTES

1.1. Entrevistas

Soraia Jordão Almeida. Entrevista concedida à autora em 15 de agosto de 2014.

Vilma Maria Martins Vaz. Entrevista concedida à autora em 29 de agosto de 2014.

1.2. Fontes impressas utilizadas

HERRERA, Marina. Mulheres em movimento. **O Momento**, João Pessoa, 16 a 22 de dezembro de 1979, ano 7.

LEON, Ethel. Contracepção: o drama nosso de cada dia. **Mulherio**, ano IV, n. 17, jul. a dez. de 1984.

MACHADO, Fábio Ribeiro. Os jovens e a cultura em Campina Grande. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 11 de outubro de 1984, ano 24.

MOREIRA, Levy G. Feminismo. **O Momento**, João Pessoa, 19 a 25 de agosto de 1979, ano 7.

Mulheres promovem encontro durante três dias em Campina. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 01 de junho de 1984.

Mulherio, ano V, n. 21, mai. a jun. de 1985.

ZAIDAN FILHO, Michel. Os “estrangeiros” do campus II. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 11 de outubro de 1984, ano 24.

1.3. Fontes impressas consultadas

1.3.1. Jornais de grande circulação

Correio da Paraíba, jan. a dez. de 1984.

Diário da Borborema, jan. de 1980.

_____, jun. a out. de 1984.

O Momento, fev. a dez. de 1979.

_____, jan. a dez. de 1980.

_____, jan. a dez. de 1981.

_____, jan., abr. a nov. de 1982.

_____, jan. a mar., jun., ago. a set. de 1984.

_____, jan., jun. a dez. de dez. de 1985.

_____, jun., set., nov. de 1986.

1.3.2. Jornais alternativos

Brasil Mulher, ano 01, n. 0, out. de 1975.

_____, ano 02, n. 09, out. de 1977.

_____, ano 03, n. 13, jun. de 1978.

Em dia com a mulher, n. 02, mar. de 1987.

Em tempo, ano II, n. 78, 23 a 29 ago. de 1979.

_____, ano II, n. 80, 06 a 12 de set. de 1979.

_____, ano II, n. 81, 13 a 19 set. de 1979.

_____, ano II, n. 85, 11 a 17 de out. de 1979.

_____, ano II, n. 87, 25 a 31 out. de 1979.

_____, ano II, n. 89, 08 a 14 nov. de 1979.

_____, ano II, n. 93, 05 a 12 dez. de 1979.

Enfim, ano I, n. 06, 17 out. 1979.

Espaço Mulher, ano I, n. 01, abr. de 1985.

Fala Mulher – Informe do Centro da Mulher 8 de março, ano II, n. 04, mar. 1993.

_____, ano III, n. 05, jul. 1994.

Informe Mulher – Informativo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, n. 03, out. 1987.

_____, n. 04, dez. 1987.

_____, n. 06, jul. 1988.

Mulherio, ano IV, n. 16, mai. a jun. de 1984.

_____, ano IV, n. 17, jul. a dez. de 1984.

_____, ano IV, n. 18, set. a out. de 1984.

_____, ano IV, n. 19, nov. a dez. de 1984.

_____, ano V, n. 21, mai. a jun. de 1985.

Nós Mulheres, ano I, n. 1, jun. 1976.

02. INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

Acervo da Biblioteca Átila de Almeida / UEPB.

Núcleo de Documentação Histórica Regional – NDHIR / UFPB.

Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Arquivo da Fundação Casa de José Américo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. 1968: o levante das palavras. In: Edwar de Alencar Castelo Branco (org.). **História, cinema e outras imagens juvenis**. Teresina: EDUFPI, 2009.

ARRUDA, Ângela Maria Silva. Feminismo(s) no Rio de Janeiro nos anos 60 e 90. **Labrys** – Revista de Estudos Feministas, Brasília/Montreal/Paris, n. 20, 2012. Disponível em: <<http://www.tanianavarros-wain.com.br/labrys/labrys20/brasil/angelaok.htm>>. Acesso: 16 jul. 2014.

BANDEIRA, Lourdes. Entrevista. In: Miriam Pillar Grossi [et. al] (orgs.). **Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

BARBOSA, Luciana Cândido. [et. al]. **Grupos de Mulheres da Paraíba: Retalhos de uma história**. João Pessoa: Cunha Coletivo Feminista/ Textoarte Editora, 2001.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: Mulher e políticas públicas no Brasil (1983-1993). **Estudos Feministas**, n. especial, 2º sem./1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16092/14636>>. Acesso: 09 jul. 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CHANTER, Tina. **Gênero: conceitos-chave em filosofia**. Tradução: Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **A invenção do cotidiano: 1 – artes de fazer**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

COSTA, Ana Alice A. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. In: **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

_____; SANDERBERG, Cecília Maria B (org.). Introdução. In: _____. **Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

FERREIRA, Mary. Feminismos no Nordeste brasileiro: histórias, memórias e práticas políticas. **Polis** – Revista de la Universidad Bolivariana, Santiago, n. 28, vol. 10, 2011. Disponível em: <<http://polis.revues.org/1352>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa (MT), Aparecida Barbosa da Silva. **Oralidades** – Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.1, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=130>>. Acesso: 13 out. 2014.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IONTA, Marilda. Escritas de si em cartas e blogs: figurações da subjetividade feminina. In: Luzia Margareth Rago; Ana Carolina A. de Toledo (orgs.). **Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte**. São Paulo: Intermeios, 2013.

JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento na epistemologia feminista. In: _____. **Gênero, corpo, conhecimento**. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Ventos, 1997.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Rastros de tragédia: movimentos sociais na Paraíba (1964-1980). **Textos UFPB/NDHIR**, n. 1, agosto de 1983. Arquivo documental do NDHIR / GT Indústria e Trabalho. (Mimeo.).

LACERDA, Lilian Maria de. Lendo vidas: a memória como escritura autobiográfica. In: **Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica**. BASTOS, Maria Helena Camara [et al.] (orgs.). Florianópolis: Mulheres, 2010.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, v. 11, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100014/8721>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. A história é sexuada. In: Luzia Margareth Rago; Ana Carolina A. de Toledo (orgs.). **Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte**. São Paulo: Intermeios, 2013.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Reflexões a partir do IX Encontro Nacional Feminista. In: COSTA, Ana Alice A.; SANDERBERG, Cecília Maria B (org.). **Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: _____; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

_____.; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: Leila Algranti (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

POTENGY, Gisélia Franco. Modernização e cotidiano: memórias campinenses. **Vivência**, CCHLA/UFRN, Natal, n. 32, 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/32/PDF%20para%20INTERNET_32/A_PAGINAS%20INICIAIS%20V32.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2014.

RABAY, Glória de Lourdes Freire. Movimentos de mulheres na Paraíba: conquistas e desafios. In: Célia Chaves G. do Amaral [et al.]. (orgs.). **Feminismo: Memória e História**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

RAGO, Luzia Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: Zélia Lopes Silva (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global. **Labrys – Revista de Estudos Feministas**, Brasília/Montreal/Paris, n. 03, 2003. Disponível em: <<http://www.tanianavarrosuain.com.br/labrys/labrys3/web/bras/marga1.htm>>. Acesso: 15 jul. 2014.

_____. A “mulher cordial”: feminismo e subjetividade. **Verve – Nu-Sul**, São Paulo, n. 6, _____ 2004. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/5015/3557>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade.** Prefácio de Márcio Seligmann-Silva. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

REIS, José Carlos. **História da “consciência histórica” ocidental contemporânea:** Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

SEIXAS, Jacy A. Percursos de memórias em terras de História: problemáticas atuais. In: Stella Bresciani; Márcia Naxara (orgs.). **Memória e (res) sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SOARES, Vera Lucia Lemos. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela [et al.] (orgs.). **Mulher e Política:** Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Abreu Abramo, 1998.

SOIHET, Rachel. Mulheres Brasileiras no Exílio e Consciência de Gênero. In: **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul.** PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Tradução: Guacira Lopes Louro. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, Agostinho Cícero. **A Universidade Regional do Nordeste e a comunidade campinense.** 1979. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. (Mimeo.).

ANEXOS

1.0. PERFIS



ÂNGELA MARIA SILVA ARRUDA foi integrante do Grupo de Mulheres de Campina Grande. Foi professora da UFPB (Campus II) de 1982 a 1994 e da URNE de 1982 a 1985. Tem Graduação em Psicologia pela UFRJ (1966-1964), Mestrado em Psicologia Social pela Ecolé des Hautes Études en Sciences Sociales (França / 1977-1981) e Doutorado em Psicologia Social pela USP (1990-1996). É pós-doutora pelo Instituto Universitário de Lisboa. Atualmente é pesquisadora/professora associada da Universidade de Évora e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA foi fundadora do Centro da Mulher de João Pessoa (1978), que depois passou a se chamar Grupo Maria Mulher. Tem graduação em Ciências Sociais pela UFMG (1964-1974), Especialização em Metodologia de Pesquisa pela UFPB (1975-1976), Mestrado em Sociologia pela UFPB (1981-1983) e Doutorado em Ciência Política pela USP. Foi professora da UFPB entre 1978 e 1990. Ocupa desde 2012, o cargo de Ministra Chefe da Secretaria de Políticas para as mulheres. Possui o título de Profa. Livre Docente em Saúde Coletiva pela Faculdade de Saúde Pública da USP. É Pós-doutora em Saúde e Trabalho das Mulheres pela Facultad de Medicina della Università Degli Studi Di Milano. É professora Titular em Saúde Coletiva na Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Medicina Preventiva, atuando desde 2006.



GILBERTA SANTOS SOARES, natural de Campina Grande-PB, foi fundadora do Grupo Raízes (1984) e da Cunchã Coletivo Feminista (1990). Tem graduação em Psicologia pela UEPB, Mestrado em Sociologia pela UFPB (1996-1998) e é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA. Desde 2012, ocupa o cargo de Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (PB).

GLÓRIA DE LOURDES FREIRE RABAY foi integrante do Grupo Maria Mulher e colaboradora do Centro da Mulher 8 de Março. Possui graduação em Comunicação Social pela UFPB (1979-1982), Especialização em Metodologias da Comunicação pela UFPB (1979-1982), Mestrado em Sociologia pela UFPB (1990-1992) e Doutorado em Ciências Sociais pela UFRN (2004-2008). É professora da UFPB desde 1985.



MARIA DE LOURDES BANDEIRA foi integrante do Grupo Feminista Maria Mulher e criadora do GT Sexo e Relações de gênero no NDHIR/UFPB. Possui graduação em Ciências Sociais pela UFRGS (190-1973), Mestrado em Sociologia pela UnB (1975-1978) e Doutorado em Antropologia pela Université de Paris V René Descartes (1979-1984). Foi professora da UFPB entre 1977 e 1991. Pós-doutora pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, é professora da UnB desde 1991. Foi Secretária de Planejamento e Gestão da Secretaria de Políticas para Mulheres-SPM/PR de fevereiro de 2008 a janeiro de 2011. É Secretaria Adjunta da mesma instituição, tendo assumido a gestão a partir de março de 2012.

MARGARETH ROSE LIMA DE SOUZA, natural de Campina Grande-PB, foi integrante do Grupo Raízes. Formada em Psicologia e Enfermagem pela URNE, atualmente é enfermeira no Hospital Universitário Alcides Carneiro (HU/UFCG).





MARIA DO SOCORRO PEREIRA foi integrante do Grupo de Mulheres de Campina Grande. Tem graduação em Letras pela UFPB e Mestrado em Sociologia pela UFPB (1991-1993). É professora da hoje UFCG, desde 1983. Exerce atividades administrativas na instituição desde 2002.

PAOLA CAPPELLIN GIULIANI foi integrante do Grupo de Mulheres de Campina Grande. Tem graduação em Sociologia pela Libera Università Degli Studi Di Trento (Itália), Mestrado em Ciência pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e Doutorado em Ciência Política pela Université de Paris X, Nanterre. Foi professora da UFPB entre 1978 e 1988, tendo atuado no Mestrado em Sociologia Rural. Foi professora da UFRJ de 1988 a 2009, quando se aposentou. Atua como coordenadora no Núcleo Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro AMORJ /UFRJ. Desde 2010 é professora visitante na Università degli Studi di Padova.



SORAIA JORDÃO ALMEIDA é natural da cidade do Congo-PB. Foi fundadora do Grupo Raízes (1984) e da Cunchã Coletivo Feminista (1990). Tem graduação em Psicologia pela URNE/UFPB e Mestrado em Serviço Social pela UFPB. Atua na Cunchã desde sua fundação, sendo sua atual coordenadora executiva.

VILMA MARIA MARTINS VAZ é natural de Riacho dos Cavalos-PB. Foi fundadora do Grupo Raízes (1984). Possui graduação em Psicologia pela URNE e Especialização em Saúde Mental e Dependência Química pela UFPB (2006-2007). Atualmente é psicóloga da Prefeitura Municipal de João Pessoa e integrante do grupo “Católicas pelo direito de decidir”, sendo uma das representantes da seção Paraíba. Trabalha na PMJP desde 1996.



2.0. ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Fale um pouco de sua história, naturalidade, formação.
2. A história dos grupos. Principais nomes.
3. Quais foram as motivações para entrada no movimento? Como foi sua participação?
4. Quais eram as principais influências políticas, teóricas, artísticas, leituras etc.?
5. Como era ser mulher e ser militante naquele momento? Quais olhares eram lançados pelos diferentes setores seja família, comunidade, Academia?
6. O feminismo lhe transformou? Como?
7. Como é sua relação com o feminismo hoje?

3.0. TERMO DE CESSÃO DAS ENTREVISTAS

CEDENTE: _____

Nascido em: _____ a: ___ / ___ / _____

De estado civil: _____

Domiciliado em: _____

De profissão: _____

E endereço profissional:

CESSIONÁRIO: DAYANE NASCIMENTO SOBREIRA, pesquisadora do projeto: “Mulheres em movimento: por uma história do feminismo na Paraíba”.

OBJETO: Entrevista gravada.

DO USO: Declaro ceder à pesquisadora acima citada, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental, realizada na cidade de _____ em ___ / ___ / _____ num total de _____ horas e _____ minutos. A pesquisadora fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e acadêmicos, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, a partir de trabalhos, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do depoente/cedente